

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LUCAS FILIPE ECHER ARAÚJO

**GUARDIÕES DO BEM VIVER: PRÁTICAS NO PAE LAGO GRANDE COMO
ALTERNATIVA AO DES - ENVOLVIMENTO EM SANTARÉM (PA)**

DOURADOS-MS
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**GUARDIÕES DO BEM VIVER: PRÁTICAS NO PAE LAGO GRANDE COMO
ALTERNATIVA AO DES - ENVOLVIMENTO EM SANTARÉM (PA)**

Pesquisa de Dissertação apresentada ao Programa de Pós - graduação—Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Discente: Lucas Filipe Echer Araújo
Orientadora: Prof^a. Dra. Juliana Mota
Co-orientador: Prof. Dr. Rafael Zilio

Dourados-MS
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

A663g Araujo, Lucas Filipe Echer
GUARDIÕES DO BEM VIVER: PRÁTICAS NO PAE LAGO GRANDE COMO
ALTERNATIVA AO DES-ENVOLVIMENTO EM SANTARÉM (PA) [recurso eletrônico] / Lucas
Filipe Echer Araujo. -- 2025.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: JULIANA GRASIELI BUENO MOTA.
Coorientador: Rafael Zilio Fernandes.
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, 2025.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Bem Viver. 2. Território. 3. Guardiões do Bem Viver. 4. PAE Lago Grande. 5.
Desenvolvimento. I. Mota, Juliana Grasieli Bueno. II. Fernandes, Rafael Zilio. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LUCAS FILIPE ECHER ARAUJO

BANCA EXAMINADORA

Prof^a.Dr^a Juliana Grasieli Bueno Mota (Orientadora)

Prof. Dr Rafael Zilio Fernandes (Co-orientador)

Prof^a. Dr^a Roberta Carvalho Arruzzo (UFRRJ)

Prof. Dr Edvaldo Cesar Moretti (PPGG/UFGD)

Prof. Dr Fabiano de Oliveira Bringel (UEPA)

Resultado: Aprovado em 12 de setembro de 2025

AGRADECIMENTOS

Apesar dos diversos desafios, tive o privilégio de ter pessoas que sempre acreditaram que poderia dar certo. Agradeço a minha família pelo apoio, principalmente, a minha avó Mariza que um dia já se chamou Serenita. É uma mulher lutadora, cuidadosa e a amo como fosse seu filho. Durante a minha infância ela sempre me dizia “*meu filho, estude! O filho do pobre só vence no mundo através dos estudos.*”

Meus agradecimentos ao Prof. Dr. Rafael Zilio, pelo apoio desde 2018 na minha graduação em Geografia na UFOPA, você é uma inspiração em minha vida, os anos de pesquisas no NEPES são lembranças que carrego com amor, pois foi onde construí meu pensamento político e entendi para quem serve a minha Geografia.

Agradeço à minha orientadora Prof. Dra. Juliana Grasiéli Bueno Mota, pelo cuidado, paciência, pelos incentivos e por ser tão acessível. Ser seu orientando nesse processo foi muito gratificante, um verdadeiro privilégio.

Agradeço ao Coletivo Guardiões do Bem Viver pela oportunidade de aprender junto a vocês, pela amizade e por confiarem em mim durante toda a pesquisa, essa vitória é nossa!

Agradeço aos colegas do Mestrado e de Dourados, em especial, a Dayanny por todo apoio, cuidado e amizade. A Lucas, Roberto, Victor, Debora, Deivis, Taedes, Pamela e aos amigos do NEPES e do GEOPOVOS, meus sinceros agradecimentos!

Por fim, agradeço ao PPGG - UFGD e CAPES, pela oportunidade em ser bolsista, me senti acolhido e tenho plena convicção que tudo isso só foi possível graças ao empenho de todos. Muito obrigado!

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar o sentido Bem Viver como alternativa ao desenvolvimento, tendo como base a luta do coletivo Guardiões do Bem Viver, no Projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande–PAE Lago Grande, em Santarém. O coletivo surge em 2019, por meio de mobilizações em defesa do território, organizadas pela juventude das comunidades do assentamento contra os interesses de expansão da mineração no PAE. Sobre tudo, abordamos as características do PAE e as principais ameaças que seus moradores tem enfrentado. Com base nisso, examinamos as práticas espaciais adotadas pelos Guardiões na manutenção da defesa e na conscientização dos moradores do PAE sobre os possíveis impactos dos grandes projetos espaciais em todo o assentamento. Em Santarém, o poder municipal desde a década de 90 vem promovendo políticas desenvolvimentistas voltadas ao agronegócio e a especulação imobiliária. Os projetos fundiários no município, foram elaborados ignorando a presença dos povos locais. A metodologia utilizada adota uma abordagem qualitativa, por meio de trabalhos de campo e entrevistas semiestruturadas realizadas nos anos de 2022, 2023 e 2024, sendo relatadas no texto sobre a experiência em campo, demonstrando - se fundamentais para compreensão dos sentidos do Bem Viver, o conceito de território e sua proposta de alternativa ao desenvolvimento. A análise do contexto dos Guardiões no PAE Lago Grande é importante para a discussão dos modelos alternativos ao desenvolvimento, especialmente em um contexto de pressão sobre os territórios na Amazônia causados pelos grandes projetos espaciais.

Palavras - Chaves: Bem Viver; Território; Guardiões do Bem Viver; PAE Lago Grande; Desenvolvimento; Grandes projetos espaciais.

ABSTRACT

This research seeks to analyze the meaning of Well Living as an alternative to development, based on the struggle of the collective Guardians of Good Living, in the Agroextractivist Settlement Project of Gleba Lago Grande - PAE Lago Grande, in Santarém. The collective arises in 2019, through mobilizations in defense of the territory, organized by the youth of the communities of the settlement against the interests of mining expansion in PAE. Above all, we address the characteristics of PAE and the main threats that its residents have faced. Based on this, we examined the spatial practices adopted by the Guardians in maintaining defense and raising awareness of EAP residents about the possible impacts of large space projects throughout the settlement. In Santarém, the municipal power since the 1990s has been promoting development policies aimed at agribusiness and real estate speculation. The land projects in the municipality were developed ignoring the presence of local people. The methodology used adopts a qualitative approach, through field work and semi - structured interviews carried out in the years of 2022, 2023 and 2024, being reported in the text on the field experience, proving to be fundamental for the concept of territory and its proposal as an alternative to development. The analysis of the context of the Guardians in PAE Lago Grande is important for the discussion of alternative models to development, especially in a context of pressure on the territories in the Amazon caused by large space projects.

.

Keywords: Well Living; Territory; Guardians of Good Living; PAE Lago Grande; Development; Large space projects.

RESUMEN

Esta investigación busca analizar el sentido Bien Vivir como alternativa al desarrollo, teniendo como base la lucha del colectivo Guardiões do Bem Viver, en el Proyecto de Asentamiento Agroextrativista da Gleba Lago Grande - PAE Lago Grande, en Santarém. El colectivo surge en 2019, a través de movilizaciones en defensa del territorio, organizadas por la juventud de las comunidades del asentamiento contra los intereses de expansión de la minería en el PAE. Sobre todo, abordamos las características del PAE y las principales amenazas que sus habitantes han enfrentado. En base a esto, examinamos las prácticas espaciales adoptadas por los Guardianes en el mantenimiento de la defensa y en la concientización de los residentes del PAE sobre los posibles impactos de los grandes proyectos espaciales en todo el asentamiento. En Santarém, el poder municipal desde la década de los 90 viene promoviendo políticas desarrollistas orientadas al agronegocio y a la especulación inmobiliaria. Los proyectos de tierras en el municipio, fueron elaborados ignorando la presencia de los pueblos locales. La metodología utilizada adopta un enfoque cualitativo, a través de trabajos de campo y entrevistas semiestructuradas realizadas en los años 2022, 2023 y 2024, siendo relatadas en el texto sobre la experiencia en campo, demostrando ser fundamentales para la comprensión de los sentidos del Bem el concepto de territorio y su propuesta de alternativa al desarrollo. El análisis del contexto de los Guardianes en el PAE Lago Grande es importante para la discusión de los modelos alternativos al desarrollo, especialmente en un contexto de presión sobre los territorios en la Amazonía causados por los grandes proyectos espaciales.

Palabras Clave: Bien Vivir; Territorio; Guardianes del Bien Vivir; PAE Lago Grande; Desarrollo; Grandes proyectos espaciales.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ACP - Ação Civil Pública

ALCOA - *Aluminum Company of America*

BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CPT - Comissão Pastoral Da Terra

CDRU - A Concessão de Direito Real de Uso

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRAPS - Empresa Brasileira de Portos de Santarém

FEAGLE - Federação das associações Agroextrativista da Gleba Lago Grande

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA - Instituto Nacional De Colonização E Reforma Agrária

MPF - Ministério Público Federal

MPPA - Ministério Público do Pará

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PAC - Plano De Aceleração Do Crescimento

PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista

PF - Projetos Fundiários

PJ - Pastoral da Juventude

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar

PSA - Projeto Saúde e Alegria

RMC - Reynolds Metals Company

SEMAS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SR - Superintendência Regional

TI - Terra Indígena

UC - Unidade de Conservação

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará

UNB - Universidade de Brasília

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Página do Coletivo Guardiões do Bem Viver no Instagram.....	17
Figura 2 – Primeira Romaria do Bem Viver	50
Figura 3 – Marcha de abertura do X Fórum Social Pan-Amazônico (Fospa) em Belém.....	57
Figura 4 – Último dia de discussões e noite cultural.....	67
Figura 5 – IIª Romaria do Bem Viver.....	69
Figura 6 – Curso de Formação em direitos territoriais	87

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Município de Santarém.....	33
Mapa 2 – A) 2001, antes do agronegócio na região de Santarém; B) região em 2020, com o agronegócio.....	36
Mapa 3 – Mapa de Localização do PAE Lago Grande.....	39
Mapa 4 – Mineradora ALCOA em Juruti – PA.....	43
Mapa 5 – Localização das Minas e Infraestrutura.....	47
Mapa 6 – Comunidade Vila Brasil.....	61
Mapa 7 – Comunidade de Muruí.....	71
Mapa 8 – Os Cadastros Ambientais Rurais (CAR) no PAE Lago Grande.....	85

LISTA DE MOSAICOS

Mosaico de Fotos 1 – A) Espaço para refeições, reuniões iniciais e alojamento de alguns jovens; B) Recepção em Vila Brasil; C) A escola da comunidade; D) O campo de futebol, a rádio local, a igreja e área para eventos.....	62
Mosaico de Fotos 2 – Atividade de cartografia social do PAE Lago Grande.....	64
Mosaico de Fotos 3 – A) Vendedores na lancha; B) Ônibus (PA-257); C) A mística; D) Reunião de Planejamento; E) Anel de coco em celebração aos novos Guardiões; F) retorno a Santarém – Barco Jailson Mendes.....	74
Mosaico de Fotos 4 – A) Chegada dos moradores do assentamento para o evento; B) Reunião da FEAGLE; C) Categoria Tribal/Indígena; D) Categoria Quadrilha.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela1 – Marcas dos Grandes Projetos Espaciais.....21

Tabela 2 – Abordagens do Bem Viver29

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Metodologia	14
CAPÍTULO I: DESENVOLVIMENTO, DES-ENVOLVIMENTO E BEM VIVER.....	19
1.1 Os discursos e práticas do desenvolvimento na Amazônia.....	19
1.2 Do des-envolvimento ao envolvimento dos povos: o Bem Viver.....	26
CAPÍTULO II: O CONTEXTO AMAZÔNICO E A PRESSÃO DOS GRANDES PROJETOS.....	32
2.1 Santarém e o contexto dos grandes projetos desenvolvimentista	32
2.2 PAE Lago Grande.....	38
2.3 A mineradora ALCOA em Juruti.....	42
2.4 Expansão da ALCOA para o PAE Lago Grande.....	45
CAPÍTULO III: OS GUARDIÕES DO BEM VIVER E A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS.....	49
3.1 I Romaria do Bem Viver e a origem dos Guardiões.....	49
3.2 Guardiões: organização e suas práticas espaciais.....	53
3.3 Campanhas realizadas no assentamento.....	54
3.4 Trocas de experiências (2021–2023).....	56
3.5 Formações em direitos territoriais.....	58
3.6.1 A II Romaria do Bem Viver e os direitos da natureza.....	67
3.7 Relato de campo em Muruí: planejamentos e projetos para 2024	70
3.8 I Festival Cultural do PAE Lago Grande.....	77
3.9 Os Guardiões e o sentido do Bem Viver como alternativa ao des-envolvimento.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
BIBLIOGRAFIA.....	91

INTRODUÇÃO

De início, todos nós temos que romper com a ideia de que a Amazônia é um espaço homogêneo. Dado aos desafios encontrados pelos exploradores europeus no período colonial, ao terem contato com suas florestas, rios, relevo, animais e os povos, criaram a fantasia de uma natureza hostil e selvagem, ao ponto de muitos séculos depois ser chamada de inferno verde, durante a ditadura empresarial - militar (1964 - 1985). Quando não, é tida como o espaço onde possui inúmeras riquezas, um mito eldoradista, sendo muitas vezes considerado uma grande reserva de recursos do país. A Amazônia como Porto-Gonçalves (2012) enfatiza, é diversidade! E se expressa em todos os elementos presentes na natureza. Os povos amazônicos trazem para esse espaço o sentido da multiplicidade, por meio dos seus modos de vida, suas culturas e suas relações com a natureza, que não nos permitem pensar uma Amazônia no singular, mas sim no plural, Amazônias.

Pensando dentro dessa perspectiva, temos as Amazônias indígena, ribeirinha, quilombola, camponesa, extrativista, etc., que produzem uma densa dimensão política, filosófica, espiritual e econômica com esses espaços, no qual, atribui - se sentidos a vida. Ao mesmo tempo, em que temos essa diversidade, podemos encontrar as múltiplas estratégias homogeneizadora do espaço; o discurso do desenvolvimento.

Há muito tempo, a Amazônia é alvo dos discursos desenvolvimentistas e da modernização do espaço, com a finalidade de explorar tudo que for considerado recurso valioso para o capital. Com isto, não é incomum a ocorrência de diversos casos de conflitos envolvendo os povos amazônicos e grandes projetos espaciais. Os discursos e as práticas do desenvolvimento hegemônico, tem ocasionado a retirada das autonomias dos povos com seus territórios, sendo justificativo pelo Estado como algo necessário para o progresso do país. São verdadeiras marcas da colonialidade do poder (Quijano, 2005), em que os povos que vivem uma lógica diferente do capital acabam sendo inferiorizados e silenciados.

Em meio a esses avanços do capital, os povos na Amazônia têm se mobilizado e r - existido aos processos de expropriação causados por esses empreendimentos, ou seja, essas mobilizações não lutam apenas pelo direito de permanecer nos seus territórios, mas também, pela sua forma de existir. Uma das estratégias nesse processo de r - existência que vem sendo erguida com base na experiência dos povos é a construção de alternativas ao desenvolvimento como, por exemplo, o Bem Viver.

O Bem Viver emerge como uma filosofia dos povos andinos como os Kichwa e Aymar , principalmente, no Equador e na Bolívia, sendo presentes até mesmo na constituição dos respectivos países. Sobretudo, trata - se da construção de uma outra relação com a natureza, na qual busca conviver em harmonia com seres vivos e não vivos presentes na natureza, além de questiona o desenvolvimento e seus impactos na sociedade capitalista.

A ideia de Bem Viver, pode ser encarada como uma outra filosofia indígena que se expandiu pela América Latina/Abya Yala e tem sido incorporada pelos povos e movimentos sociais como uma maneira de enfrentar as pressões causadas pelos grandes projetos espaciais como hidrelétricas, mineração e a expansão da soja que tem ocasionado sacrifícios territoriais, ou seja, as relações de autoconsumo e simbólicas construídas pelos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas entre outros, tem sido sacrificada para dar lugar a espaços de exploração da natureza.

A importância de discutirmos alternativas ao desenvolvimento na Amazônia se faz cada vez presente, tendo em vista, a destruição ambiental causada pela expansão do capital na região e como esses projetos têm matado, silenciado, expropriado e causado outras formas de sofrimento os povos locais. Portanto,   necessário ouvir e pensar sobre o que a natureza e as populações que vivem nela vem nos alertando.

Em Santarém, o poder municipal desde a década de 90 vem promovendo políticas desenvolvimentistas voltadas ao agronegócio, ignorando os povos que existem no município. Além disso, a falta de políticas públicas voltadas para a realidade desses espaços tem facilitado a entrada de grandes empreendimentos como portos, expansão da soja e a mineração, gerando conflitos por terra e território.

A pesquisa analisou o sentido Bem Viver como alternativa ao desenvolvimento, por meio da luta do coletivo Guardiões do Bem Viver, no Projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande-PAE Lago Grande, em Santarém. O coletivo surge em 2019, por meio de mobilizações organizadas pela juventude das comunidades do assentamento em parceria com outras organizações que atuam no PAE. Além disso, iremos caracterizar as principais ameaças às diversas comunidades no assentamento e examinar as principais práticas espaciais dos Guardiões. Por fim, traremos a ressignificação da ideia de Bem Viver para o coletivo.

A análise do contexto dos Guardiões no PAE Lago Grande é relevante para a discussão dos modelos alternativos ao desenvolvimento, especialmente em um contexto de pressão sobre os territórios na Amazônia, por parte dos grandes projetos espaciais. O

trabalho contribui para o debate acadêmico, somando - se a outras pesquisas que estão ocorrendo sobre os conflitos entre grandes empreendimentos e os povos amazônicos, localizados no Oeste do Pará. Ao coletivo, a pesquisa visa cooperar com a visibilidade da luta, os resultados obtidos de todo o processo serão e são compartilhados, como por exemplo, os mapas que são fundamentais para o assentamento.

A pesquisa está dividida em três capítulos que nos ajudaram a compreender os principais aspectos que envolvem as lutas dos Guardiões. O primeiro capítulo abordaremos sobre os discursos desenvolvimentistas na Amazônia como um propagador das exclusões dos povos amazônicos através da implementação dos grandes empreendimentos, e como esses discursos sublinham a ideia de uma Amazônia homogênea, de “vazios demográficos” e, principalmente, como reserva de recursos naturais. A aplicação do termo desenvolvimento, tal qual sua prática, na América Latina tem sido adotado por vários governos, inclusive os progressistas, de modo que traz implicações profundas, como é o objeto de nossa análise, nos povos da Amazônia

O segundo capítulo aborda o contexto amazônico e a pressão exercida por grandes projetos, com ênfase em como Santarém tem reagido a esses empreendimentos e na forma como essa relação afeta a percepção e o tratamento dos povos que habitam o município. Por isso a importância de explicar a origem e a situação fundiária do PAE Lago Grande, seus aspectos econômicos e sociais, mas, sobretudo, como a mineração que já está em atividade no PAE Juruti Velho, sendo vizinho ao assentamento possibilitou a tentativa de expansão por meio das visitas realizadas por representantes da mineradora ALCOA nas comunidades e a tentativa de cooptação das lideranças.

O terceiro capítulo dedica - se à análise da atuação do Coletivo Guardiões do Bem Viver no Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Lago Grande, com ênfase na relevância de suas práticas espaciais como expressão concreta de uma compreensão própria do conceito de Bem Viver. Essa concepção é apresentada como alternativa crítica ao modelo de desenvolvimento que vem se consolidando no município de Santarém. A partir da I Romaria do Bem Viver - evento que marca a origem do coletivo por meio de uma mobilização protagonizada por jovens contra a mineração no território -, examina - se a luta do grupo na sensibilização das comunidades acerca dos impactos socioambientais gerados pelos grandes empreendimentos.

As práticas espaciais insurgentes dos Guardiões se manifestam por meio de campanhas de mobilização, formações voltadas aos direitos territoriais e intercâmbios com outros movimentos sociais e comunidades, fortalecendo a resistência e a defesa do

assentamento. Ao longo do capítulo, também são apresentados relatos coletados durante os trabalhos de campo, os quais evidenciam o significado atribuído ao Bem Viver e ao Território pelos integrantes do coletivo, elucidando de que forma tais noções orientam suas práticas socioterritoriais.

METODOLOGIA

Meu interesse pelo tema remonta à graduação em Geografia, na Universidade Federal do Oeste do Pará. Em 2019, na disciplina de Geografia Agrária, minha turma teve a oportunidade de realizar um trabalho de campo em uma terra indígena chamada Munduruku Planalto. Foram dois dias muito impactantes; pude ver nos olhos das pessoas o medo e a coragem diante do processo de expansão do agronegócio em Santarém. O cacique da aldeia nos relatou inúmeros casos de violência por parte dos fazendeiros e a omissão do poder municipal em relação a situação da TI e às comunidades afetadas ao redor. Em determinado momento do diálogo, o cacique disse: eles (os fazendeiros/sojeiros) dizem que somos os entraves do desenvolvimento da cidade, mas eles defendem o que é desenvolvimento para eles, já nós defendemos o nosso desenvolvimento, que é ter a nossa floresta ‘em pé’. A partir disso, a palavra "desenvolvimento" passou a me gerar uma inquietação. Afinal, por que falamos tanto em desenvolvimento em Santarém? O que isso significa na prática? Desenvolvimento para quem?

Posteriormente, trouxe para debate na monografia a visão de desenvolvimento e o sentido de autonomia das pessoas pertencente à TI, o que resultou na publicação em 2023 na revista *AMBIENTES* "Autonomia e desenvolvimento: a ideia de ‘desenvolvimento’ dos Munduruku do Planalto (Santarém/PA) em contraposição ao avanço do agronegócio" (Echer Araujo, 2023). Sobretudo, após o término da graduação, conheci o coletivo Guardiões do Bem Viver por meio de amigos em comum. Fiquei encantado com a organização e mobilização em defesa do território. Minha relação com o coletivo é de amizade e respeito à causa, são reflexos construídos ao longo dos trabalhos de campo.

De antemão, sou amazônida e apaixonado pelo Pará. O meu saber é situado, corporificado e fruto de experiências coletivas com a academia, por meio do NEPES/UFOPA, mas também, pelo contato com a luta por dignidade e afirmação da vida

dos povos amazônicos. Os diversos discursos desenvolvimentistas dos grandes projetos espaciais enxergam a Amazônia como uma reserva de recursos, o quintal do país que irá salvá-lo quando tudo parecer colapsar. A implementação dos empreendimentos em muitos casos, resulta na retirada de autonomias e no sacrifício de territórios, dando lugar a uma ontologia dualista no espaço.

Diante disso, a pesquisa visa contribuir para o debate sobre o Bem Viver como alternativa ao desenvolvimento, proposto pelos povos na América Latina/Abya Yala, tendo como base a luta dos Guardiões do Bem Viver, no município de Santarém. Cabe ressaltar que meu entendimento sobre o Bem Viver não parte da teoria para prática, mas sim da experiência e concepções do coletivo sobre essa filosofia, portanto, foi através da luta no PAE que tive os primeiros contatos com o termo e pude percebê-lo no cotidiano dos Guardiões.

O Bem Viver surge como uma outra visão, sendo o que Ailton Krenak chama de "pisar suavemente na terra", ou seja, ter a consciência de que as marcas que deixaremos nela irão desaparecer para que as novas marcas, das futuras gerações, deixem as suas também. É nesse sentido que construiremos um diálogo nesta pesquisa, pensando a Amazônia a partir dos povos.

Os procedimentos metodológicos deste trabalho foram desenvolvidos com a comunidade acadêmica, junto ao coletivo Guardiões do Bem Viver, integrando uma série de ações, como pesquisas bibliográficas, documentais e trabalho de campo.

Para a construção do conceitual da pesquisa, utilizamos como revisão bibliográfica autores da Geografia e de outras áreas que auxiliaram nas discussões sobre o Bem Viver, desenvolvimento e o território. Para o conceito de desenvolvimento e os conflitos na Amazônia trouxemos os autores Escobar (2014; 2018); Svampa (2019); Acosta (2012); Gudynas (2015; 2018); Porto - Gonçalves (2006; 2023); Zilio (2021; 2024); Quijano (2005). Pensando o sentido de território as contribuições dos geógrafos Haesbaert (2007); Porto - Gonçalves (2006; 2012); Cruz (2017; 2024); Malheiro (2024). O conceito de Bem Viver abordamos juntamente com Acosta (2008; 2016); Cruz (2017); Gudynas (2008; 2015); Krenak (2020); Quijano (2005); Mignolo (2003); Castro - Gómez (2005); Ferdinand (2022) entre outros.

Nesta perspectiva, os dados secundários foram obtidos por meio de revisão das publicações no perfil do Guardiões do Bem Viver no Instagram (Figura 1), as quais elucidaram eventos ocorridos nos anos iniciais do coletivo e sua sistematização, ou seja, quais atividades eles desempenharam nesses últimos anos. Além disso, analisamos

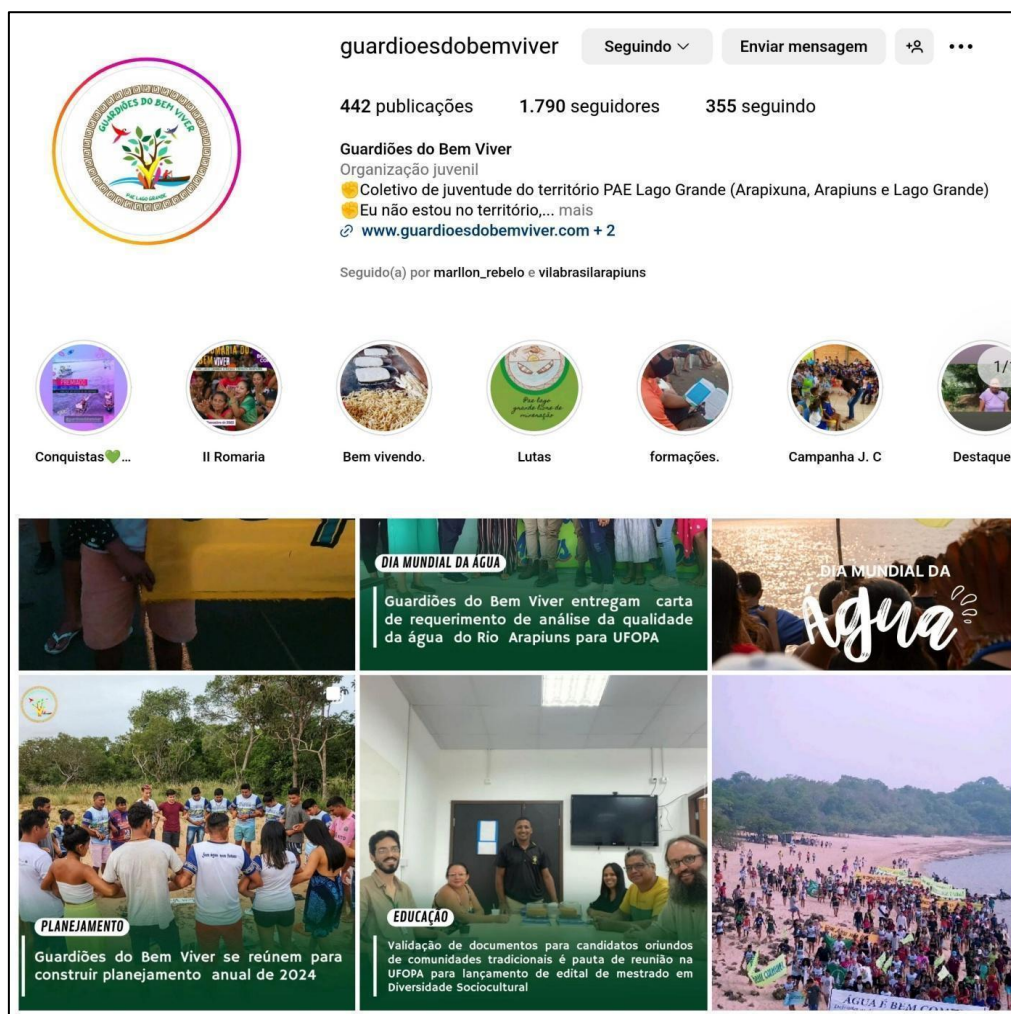
documentos jurídicos, relatórios, sites de jornais locais e materiais produzidos pelo coletivo para construir os tópicos envolvendo o PAE Lago Grande e as práticas espaciais dos Guardiões.

A metodologia adota uma abordagem qualitativa, por meio de trabalhos de campo e entrevistas semiestruturadas realizadas nos anos de 2022, 2023 e 2024, a partir de algumas situações que explicaremos de forma detalhada para compreender os sentidos de território, Bem Viver e os desafios enfrentados pelo assentamento.

Em novembro de 2022, realizei uma entrevista com alguns membros dos Guardiões que estavam presentes na área urbana de Santarém. Neste momento, apresentei-me e abordei sobre a minha intenção de construir uma pesquisa com o coletivo, a qual foi aceita com alegria, pois o coletivo tem se disposto a dialogar com a universidade. Também foi realizado uma entrevista com perguntas semiestruturadas, abordando tópicos relacionados à origem do coletivo, suas ações dentro e fora do assentamento, além da experiência na construção da I Romaria do Bem Viver e sua repercussão. Estes dados foram de inestimável importância para a construção do anteprojeto de mestrado.

Com a aprovação no mestrado (2023), de março a junho permaneci em Dourados/MS para realizar as disciplinas. Entretanto, nas férias de julho, a convite do coletivo, desloquei-me de barco para comunidade de Vila Brasil para participar de um processo de formação que abordou temas como identidade, território, ecologia e evangelização libertadora. Neste campo, tive a oportunidade entrevistar mais membros presentes, abordando perguntas sobre o seu modo de vida, o sentido de ser um guardião, o sentido de território, o que representa o Bem Viver. Felizmente, tive também a oportunidade de entrevistar um ex-membro da federação do assentamento, no qual me trouxe relatos sobre como a mineradora agiu para tentar convencer os moradores do PAE Lago Grande a aderir ao empreendimento. No segundo semestre de 2023, realizou-se a transcrição e revisão dos dados obtidos nos trabalhos de campo, além da análise dos dados disponibilizados na internet por meio de sites, blogs, jornais independentes e outros meios que foram destacados no texto.

Figura 1- Página do Coletivo Guardiões do Bem Viver no Instagram.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

No primeiro semestre de 2024, foram realizados três trabalhos de campo, o primeiro em janeiro na sede da Federação das Associações Agroextrativistas da Gleba Lago Grande (FEAGLE), na área urbana de Santarém, momento que tive contato com presidência atual da federação, e dialogamos sobre os futuros eventos que ocorreriam no ao longo do ano. Além disso, como ainda não havia conhecido a atual presidente da federação, tive a oportunidade de dialogar com ela sobre minha pesquisa e entender a relação entre os Guardiões e a federação, o que demonstrou que ambos possuem ações totalmente alinhadas. Nos dias 15 a 17 de março, realizei o segundo trabalho de campo na comunidade de Muruí, sobretudo, utilizei entrevistas semiestruturadas que abordaram temas como o que é ser um Guardião do Bem Viver, o rio e a II Romaria do Bem Viver.

Vale ressaltar que muitos temas foram trabalhados repetidamente nos campos, pois por se tratar de um coletivo, nem sempre todos têm a possibilidade de estar presentes

em todos os eventos organizados pelo coletivo. Além disso, todas as entrevistas foram gravadas com autorização do coletivo, e posteriormente transcritas para a elaboração da dissertação. Em agosto, a convite do coletivo, participei do primeiro festival folclórico no PAE Lago Grande, com o tema "PAE Lago Grande: Território de cultura e identidade", na sede da FEAGLE, comunidade Muruí. Sobretudo neste evento, ajudei na ornamentação do espaço junto a outros pesquisadores e obtive dados por meio das observações feitas durante a reunião da federação com os moradores do assentamento, que ocorreu antes do festival.

Ressaltamos a importância dos trabalhos de campo e das impressões obtidas para contribuir com o debate que nos propomos a fazer. Além disso, foi por meio desses trabalhos que as dimensões do conflito e da espiritualidade ficaram mais evidentes. Com base nas experiências obtidas nos trabalhos de campo, decidimos não identificar os sujeitos que entrevistamos, pois, muitos jovens do coletivo Guardiões do Bem Viver vem sendo perseguido dentro do assentamento por indivíduos ligados aos grandes projetos espaciais que existem no PAE Lago Grande.

Todos os trabalhos de campo no assentamento foram realizados com deslocamento por barco e ônibus. A coleta de dados é resultado da colaboração do coletivo, que nos concedeu total liberdade para gravar as entrevistas e fotografar as comunidades visitadas. Como fruto dessa parceria, estão os relatos descritos nesta pesquisa. Alguns campos achei importante descrever; outros utilizei os dados para desenvolver os tópicos relacionados a mineração, ao sentido de território e Bem Viver. Ao longo de todo esse processo, pude estabelecer relações de amizade próximas com alguns membros do coletivo e da PJ, com quem mantemos os diálogos pelas redes sociais. As perguntas para as entrevistas foram todas no modelo semiestruturado, pois sempre busquei ouvi-los de maneira mais aberta, suas motivações dentro do coletivo e os sentidos de palavras-chave para eles. A pesquisa não obteve mais dados devido a problemas de saúde na família que ainda persistem. Entretanto, os dados que trouxemos são suficientes para atender nossa proposta de pesquisa.

CAPÍTULO I: DESENVOLVIMENTO, DES-ENVOLVIMENTO E BEM VIVER

No primeiro momento, abordaremos o conceito de desenvolvimento para compreendermos os discursos e práticas que ocorrem na Amazônia. Apresentaremos uma contextualização da relação dos grandes projetos espaciais em Santarém e seus impactos, para que possamos entender as características do PAE Lago Grande e os desafios enfrentados diante da expansão da soja, da mineração, das madeireiras e do desmatamento. É importante percorrer esses caminhos, pois eles nos ajudarão a compreender a origem dos Guardiões do Bem Viver, como será demonstrado no capítulo III.

1.1 OS DISCURSOS E PRÁTICAS DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

A Amazônia é pauta de inúmeros discursos e práticas excludentes em torno do desenvolvimento. Atualmente, quando pensamos nesse termo aplicado a algum lugar — seja cidade, estado ou região —, associamos imediatamente a melhores condições de vida, com avanços na educação, saúde, infraestrutura e, conseqüentemente, no combate às desigualdades existentes nesses espaços. Para Souza (2006), isso ocorreu pela absorção que o desenvolvimento teve de adjetivos como econômico, social, humano e sustentável, impactando-nos subjetivamente a ponto de associarmos a implementação de qualquer grande empreendimento na Amazônia como algo totalmente positivo. A generalização do termo, no entanto, pode induzir ao equívoco se não considerarmos se as transformações no espaço são efetivas ou meramente simbólicas.

A origem conceitual da palavra *desenvolvimento* remonta ao século XVII, quando cientistas a utilizavam como metáfora na biologia para expressar o momento em que um organismo atinge seu potencial. Posteriormente, em 1768, o termo migrou para as ciências sociais, passando a abordar o processo gradual de mudança social. Seu maior impacto ocorreu na implementação da classificação de países em desenvolvidos e subdesenvolvidos, reforçada pelo discurso do presidente dos Estados Unidos, Truman, em 1949¹. Na época, essa visão buscava estabelecer métricas sobre como uma sociedade avançada deveria ser: altos níveis de industrialização e urbanização, avanços tecnológicos na agricultura, rápido crescimento nos níveis de vida e de produção material, além de um

¹ (Escobar, 2014).

modelo de educação e valores culturais modernos. Com base nisso, os países passaram a adotar um padrão considerado moderno.

O modelo de sociedade moderna que se busca construir a partir desse termo encara, além das contradições provocadas pelo sistema de dependências, as medidas neoliberais do Consenso de Washington (Escobar, 2014) e, por fim, o neoextrativismo² (Svampa, 2019). Trata-se de uma realidade em que a natureza não é infinita e aquilo que é compreendido como recurso natural não é suficiente para todos os países alcançarem o desenvolvimento. Para termos um padrão de vida equivalente ao estadunidense, precisaríamos de cinco planetas. Além disso, a prática do desenvolvimento por meio da implementação de grandes empreendimentos tem provocado diversos encontros com outras racionalidades na Amazônia, gerando conflitos que vão desde os sentidos materiais até os simbólicos do espaço, como as lutas territoriais.

Cabe observar que, por trás desses discursos, está a materialização das significações imaginárias do capital, ou seja, os grandes projetos espaciais (Zilio, 2021), que atuam na exploração e destruição da natureza e dos territórios, respaldados pelo Estado por meio dos discursos desenvolvimentistas. A implantação de grandes projetos desenvolvimentistas na Amazônia tem sido ponto de partida para diversos conflitos *geopistêmicos*, que, segundo Zilio (2021, p. 89), ocorrem quando “diferentes saberes e suas espacialidades disputam não somente um (tipo de) território, mas formas distintas de conhecer e viver o espaço geográfico”. Tais projetos carregam um imaginário colonialista sobre a Amazônia e sua biodiversidade, concebida como mera reserva de recursos. Por outro lado, os povos amazônicos que habitam esses espaços resistem, defendendo a natureza, o território e sua forma de existir.

Para compreender essas relações entre discursos e práticas do desenvolvimento na Amazônia, propomos analisá-las a partir da implementação dos grandes projetos espaciais. Segundo Cruz e Malheiro (2024), esses projetos funcionam como dispositivos

² Para Svampa (2019), a partir do século XXI temos um novo processo na América Latina, denominado de neoextrativismo. Este, é destacado por dois fatores principais a ascensão da China e o avanço dos governos progressistas (esquerda, centro-esquerda) nesses países, no qual, surgem com uma proposta de combate ao neoliberalismo (Consenso Washington), redução da pobreza e melhores políticas públicas, assim, migrando para um novo momento chamado “Consenso das Commodities”. Sobretudo, esses países em busca de mais protagonismo no capitalismo internacional apostaram suas fichas na exportação em larga escala de commodities e no consumo desenfreado como uma maneira de se desenvolver. Essa busca se assemelha ao mito Eldoradista (exemplo da autora) onde se teria a descoberta de uma riqueza natural que traria prosperidade e desenvolvimento de maneira milagrosa (ilusão).

territoriais que entram em disputa com outras territorialidades, podendo interferir no conjunto político, jurídico e normativo desses espaços. Vale ressaltar que a implementação desses projetos tem sido justificada como uma necessidade estratégica em defesa da soberania e da segurança nacional. Consequentemente, muitas perdas de autonomia de povos tradicionais e originários têm sido justificadas por políticas compensatórias realizadas pelo Estado em parceria com o setor privado. Esse imaginário se aproxima da análise de Gudynas (2015), que destaca a esperança de países do Sul em sair da pobreza por meio dos modelos de desenvolvimento, justificando grandes explorações da natureza e investimentos em programas assistenciais para os mais pobres.

Quando falamos em grandes projetos espaciais, Malheiro e Cruz (2024, p. 233) referem-se a “projetos mineiro-metalúrgicos, petroquímicos, grandes usinas hidrelétricas, estradas, portos, hidrovias, ferrovias e megaempreendimentos de requalificação e reestruturação urbanos”. Todos esses exemplos apresentam cinco características identificadas pelos autores nesses megaempreendimentos:

Tabela 1. Marcas dos Grandes Projetos Espaciais

1º Marca	Concentração, centralização e intensidade do espaço-temporal de investimentos.
2º Marca	O “ajuste espacial” causado pela abertura de novas fronteiras a uma lógica de acumulação do capital, por meio da transformação de bens comuns em mercadoria; sendo caracterizado pelo processo de apropriação, expropriação e acumulação por espoliação (Harvey, 2005).
3º Marca	A expansão de um novo meio técnico-científico e informacional, através de novos sistemas de objetos e de ações, na qual resultaria em maior velocidade e fluidez na reprodução do capital (Santos, 1996).
4º Marca	Flexibilização ou supressão de instrumentos jurídicos, como leis, códigos e zoneamentos (ACSELRAD, 2013).
5º Marca	Ruptura e fratura metabólica em consequência desses empreendimentos, atingindo paisagens, ecossistemas e de maneira geral, a dinâmica geo-bio-física dos espaços.

Fonte: Malheiro e Cruz (2024).

Em suma, os grandes projetos espaciais transformam de maneira significativa o espaço geográfico, gerando um conjunto de marcas que se manifestam nos aspectos físico, social, político, econômico e ambiental. São megaempreendimentos promovidos pelo Estado e/ou pelo setor privado, resultando em ajustes espaciais por meio da apropriação e expropriação de terras, territórios e recursos naturais, além de sacrifícios territoriais em função da acumulação por espoliação.

É preciso enfatizar que, antes e durante a implementação desses megaempreendimentos, ocorrem divulgações dos discursos de modernização do espaço e de progresso técnico por meio dos veículos de comunicação, associando tais projetos ao desenvolvimento. Ou seja, são discursos e práticas desenvolvimentistas.

Esses discursos são capazes de suprimir as ontologias relacionais (Escobar, 2018), ou seja, os diversos mundos, cosmovisões, cosmogonias e a espiritualidade produzida a partir da relação com a natureza, construídas nos territórios amazônicos. Representam retratos da colonialidade do poder (Quijano, 2005), pois o conjunto de significados e símbolos construídos pelos povos amazônicos é substituído por uma ontologia dualista do domínio humano sobre a natureza, em que esta passa a ser percebida apenas como mercadoria. Tais práticas são comumente justificadas pela ideia de superar o suposto atraso atribuído à Amazônia.

Para Quijano (2005), a colonialidade do poder constitui um sistema eurocêntrico de dominação e subjugação dos povos, baseado na criação da categoria de "raça", na qual o europeu se autodefinia branco e superior àqueles que denominava negros (povos da África), indígenas (povos da América) e outros. O estabelecimento dessa superioridade justificou, para os europeus, o extermínio, a escravidão e a negação do outro de diversas formas — seus saberes, sua relação com a natureza e seu sentido de vida.

Os discursos desenvolvimentistas na Amazônia têm reproduzido a colonialidade do poder no processo de expansão do capital, não apenas por meio de uma visão de superioridade, hegemonia e modernização, mas também pela invisibilidade de conhecimentos, saberes, culturas e sacrifícios territoriais em nome do progresso do país. O olhar para a Amazônia como um quintal do país, a partir dos grandes projetos espaciais, muitas vezes se caracteriza pela negação dos territórios, considerados apenas como espaços a serem ocupados ou economicamente aproveitados. Desde a colonização, essas relações têm sido marcadas por mercantilização da natureza, exploração e apagamento dos povos amazônicos, frequentemente classificados como “atrasados”, “preguiçosos” ou “entraves” ao desenvolvimento.

Partilhamos da compreensão de Porto-Gonçalves (2006), que destaca a geografia como verbo, como ato, ação ou prática de marcar a terra — ou seja, em diálogo com os diferentes sujeitos que compõem os povos amazônicos, que resistem e reexistem frente à expansão do capital.

Compreendemos, portanto, a importância do conceito de território a partir das interpretações da Geografia brasileira, com contribuições de geógrafos como Haesbaert

(2007, 2011), Porto-Gonçalves (2012), Cruz (2017, 2024) e Malheiro (2024), na construção da análise dos conflitos entre grandes empreendimentos e povos amazônicos, com ênfase em nosso estudo de caso.

Nesse contexto, o conceito de território remete a relações de poder, mas não de forma exclusiva ao Estado, pois essas relações atravessam dimensões econômicas, epistemológicas, de gênero e culturais, exigindo compreensão para além do domínio jurídico-administrativo. Existem diversas manifestações de indivíduos ou grupos que se apropriam de determinados espaços e constroem relações de poder que vão desde o concreto (dominação) até o simbólico (apropriação) (Haesbaert, 2007).

Para compreender as dinâmicas nos territórios indígenas, quilombolas e comunidades agroextrativistas na Amazônia, é necessário enxergar esses sentidos de maneira imbricada. As relações nesses territórios incluem tanto o uso para autoconsumo — como agricultura familiar, produção de farinha, caça e pesca — quanto o conjunto de importâncias simbólicas construídas nesses espaços, incluindo valores, crenças e espiritualidade que influenciam a organização socioespacial. Segundo Cruz (2024, p. 233):

O território agrega uma espessura, uma densidade, pois traz os conteúdos históricos e existenciais desses grupos, uma vez que é suporte material da cultura, da memória, da ancestralidade e dos saberes acumulados historicamente.

Desse modo, entende-se que o processo de apropriação e controle do espaço geográfico é politizado, pois existe a presença da cultura, do tempo simbólico e da luta pelos sentidos a ela atribuídos (Porto-Gonçalves, 2012).

Assim, trata-se de abordar o território através das relações de poder que lhe são inerentes – desde um poder mais “tradicional”, de natureza estatal-administrativa, até sua configuração mais simbólica, onde a própria construção identitária é vista, sobretudo, como um instrumento de poder (ou, para utilizar um termo em voga, de “empoderamento”) dos grupos e/ou classes sociais. (Haesbaert; Mondardo, 2011, p. 30).

A importância de termos tais elementos em mente nos permite compreender que cada território possui suas singularidades, ou seja, sua territorialidade. Vale ressaltar que a territorialidade vai muito além da presença física na terra; trata-se, sobretudo, de uma maneira de estar na terra. Portanto, mesmo com o conceito nos direcionando para entender

as diversas lutas dos povos na Amazônia, cada territorialidade é capaz de produzir novos sentidos.

A dimensão dos conflitos entre os povos amazônicos e os grandes projetos espaciais reflete o que Cruz (2017) chama de sentidos de territórios, caracterizados por diferentes agentes que competem pela territorialização de determinado espaço. É nessas disputas, entre grandes projetos e os povos atingidos pelos empreendimentos, que se revelam, de forma mais explícita, as faces da colonialidade do poder, manifestadas pela violência, pelo racismo e pela negação da identidade desses sujeitos. Além disso, a mercantilização da natureza é apresentada como necessária para o desenvolvimento do espaço.

Para Porto-Gonçalves (2012), a luta pelo território equivale à luta por *r-existir*. A *r-existência* consiste na defesa de determinados espaços e da forma de existir, ou seja, é também a afirmação do modo de vida, do sentir, agir e pensar. Portanto, não se separa do corpo desses sujeitos. A luta começa pelo corpo, sendo impossível conceber esses territórios sem as pessoas, sem esses corpos.

A territorialidade se expressa na dimensão simbólica, destacando a importância dos elementos da natureza — seres vivos e não vivos — para a reprodução do modo de vida dos sujeitos. Além disso, não se dissocia da maneira como o território está organizado. Os espaços de lazer, reunião, caça, pesca, agricultura e o quintal são carregados de sentidos simbólicos que motivam esses sujeitos a *r-existirem* frente aos grandes projetos espaciais. É importante reconhecer a luta pela defesa do território como prática política e ontológica.

Em nome do desenvolvimento, têm prosperado a retirada desses povos de suas terras e territórios, a violência e a negação de formas de existir, para que surja nesses espaços a lógica do capital, atendendo aos interesses dessa globalização perversa. Em contrapartida, é necessário evidenciar que a Amazônia é também os povos que constroem essa relação de pertencimento ao espaço, afirmam sua identidade ligada aos seus territórios e *r-existem* contra o processo de acumulação de capital baseado na expropriação desses sujeitos, por meio de métodos jurídico-administrativos e do uso da violência estatal. Segundo Cruz (2023, p. 24):

A conformação desses grandes projetos tem como marca um intenso e violento processo de desterritorialização compulsória e precarização territorial dos povos e comunidades (fragmentações das terras, dos rios, das florestas, das economias locais, dos modos de vida, das famílias

etc.) onde esses grandes vetores de modernização se realizam. Trata-se da destruição de mundos, pois tal processo afeta, de maneira dramática, os recursos e os modos de vida de camponeses, indígenas, quilombolas e dos povos e comunidades tradicionais, em geral, resultando em intensos conflitos ambientais e territoriais.

A implementação dos grandes projetos espaciais carrega, em seu cerne, o habitar colonial. Segundo Ferdinand (2022), o habitar colonial é caracterizado pela herança da colonização. Em especial, compreende-se que esse modo de habitar reproduz um conjunto de relações hierárquicas entre o humano (colonizador), outros humanos e os não humanos. Outro fator importante desse habitar colonial é sua subordinação geográfica a outro lugar, a outro espaço. Assim, manifesta-se como uma dependência mercadológica em relação ao habitar metropolitano europeu.

Em outras palavras, esse conjunto de relações hierárquicas reflete-se na retirada do envolvimento dos povos com os rios, florestas e territórios, pois passam a ser atingidos por esses empreendimentos. Desse modo, o habitar colonial manifesta-se, conseqüentemente, na remoção daqueles que são considerados “os outros”, o diferente — aquele que vive segundo uma lógica que não atende às demandas do capital global.

Uma das principais características desse habitar colonial é o matricídio e o infanticídio. Muitos povos da Amazônia enxergam a terra como mãe provedora e protetora de seus filhos. Vale ressaltar que não se trata apenas da morte da Mãe Terra, mas também da morte daqueles que se reconhecem como seus filhos. As cosmovisões, espiritualidades, ontologias e territorialidades desses espaços são “apagadas” com a implementação desses projetos.

De acordo com Zilio e Lima (2024), inspirados no conceito de *Orientalismo* descrito por Said (1978) — que critica a visão ocidental, especialmente dos Estados Unidos, estereotipada sobre o Oriente —, os autores constroem a ideia de Amazonismo, utilizando o conceito de geografia imaginativa, isto é, a construção de fronteiras simbólicas e estereótipos que justificam a colonialidade do poder na Amazônia por parte daqueles que estão fora dela. Esse conceito evidencia discursos políticos e ideológicos que remontam ao século XVIII e ganharam força durante a ditadura empresarial-militar no Brasil (1964–1985), retratando a Amazônia como um território de “natureza selvagem”, “inferno verde” e “vazios demográficos” que precisavam ser ocupados e civilizados — características comuns nos discursos desenvolvimentistas.

Ao longo do século XX tal imaginário geográfico foi reproduzido e mesmo aprofundado pelos sucessivos regimes autoritários: a Amazônia seria um “vazio demográfico”, depósito de recursos naturais inesgotáveis e um espaço “atrasado”, primitivo, para o qual se deveria levar o “progresso” e o “desenvolvimento”. Vemos nas ações do órgão estatal Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), durante a época da ditadura empresarial-militar (1964-1985), grande propaganda baseada no Amazonismo. (Zilio e Lima, 2024 p. 501).

Os discursos desenvolvimentistas produzem rupturas paisagísticas — como o desmatamento, a entrada de madeiras e a expansão de fazendas —, bem como rupturas biodiversitárias, uma vez que buscam a homogeneização das culturas existentes no território. Como consequência, geram-se desequilíbrios ecológicos; por exemplo, o crescimento do agronegócio na Amazônia integra essa lógica do Amazonismo.

Sobretudo, estamos enfrentando as consequências da saturação metabólica da natureza, expressas nas mudanças climáticas. Estudos realizados por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e publicados na Revista *Nature*³ (Flores et al., 2024) apontam que, até 2050, entre 10% e 47% da floresta amazônica poderá atingir o ponto de não retorno. Essas contradições, que em um primeiro momento se manifestam como problemas locais — por meio de conflitos e transformações na organização das cidades —, somam-se aos impactos causados na natureza de outros lugares e relações. Assim, outros grandes projetos resultam em efeitos que se estendem do local ao global.

Portanto, a implementação desses grandes projetos na Amazônia resulta na destruição dos territórios de povos indígenas, ribeirinhos e de outras comunidades. A existência desse modelo de sociedade moderna implica o desaparecimento de outras formas de organização do espaço. Os casos ocorridos no oeste do Pará — como a expansão do agronegócio no território Munduruku Planalto e a luta do Coletivo dos Guardiões do Bem Viver no Projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande contra a implementação da mineração no assentamento, o crescimento das madeiras e a pesca predatória — não são eventos isolados. São parte das consequências ocasionadas pelos discursos e práticas construídos sobre a Amazônia, concebida como reserva, vazio demográfico e quintal do país.

1.2 DO DES-ENVOLVIMENTO AO ENVOLVIMENTO DOS POVOS: O BEM VIVER

Quando se fala em desenvolvimento, as dimensões que abordamos muitas vezes tornam-se invisíveis em nível de senso comum. Contudo, esse processo de apagamento das simbologias dos povos amazônicos faz parte de um modelo de sociedade construído desde a colonização, cuja descoberta das Américas possibilitou a ascensão da Europa

³ Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-023-06970-0>. Acesso em 25 de maio de 2024.

(Quijano, 2005) e, com isso, a criação de mecanismos da colonialidade do poder. Exemplos disso são a racialidade — que, como já mencionado, justificou a escravidão, o etnocídio e o extermínio de muitos povos.

O desenvolvimento integra aquilo que Porto-Gonçalves (2023) define como sistema-mundo capitalista de origem colonial, moderno-colonial, organizado em uma estrutura de hierarquia e dominação. Em outras palavras, trata-se de uma estrutura global de dominação — racial, da natureza, do ser e de gênero — que só pôde ser consolidada por meio da colonização europeia no século XV. Na atualidade, isso se reflete no avanço da ciência e do capitalismo, contudo, de forma indissociável da exploração dos povos. Portanto, os discursos desenvolvimentistas na Amazônia configuram-se também como práticas de expropriação e espoliação dos povos, além da imposição de uma outra lógica sobre o espaço.

Desenvolvimento é nome-síntese da ideia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrial, enfim, é ser tudo aquilo que nos afasta da natureza e nos coloca diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria. (Porto-Gonçalves, 2023 p. 62).

Apesar das múltiplas interpretações do termo, utilizaremos aqui a definição do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), segundo a qual o desenvolvimento *des-envolve* os sujeitos, ou seja, o *des-envolvimento* corresponderia à retirada da autonomia de um povo que mantém uma relação própria com o espaço, em nome do “progresso econômico” do país. Essa definição permite compreender as contradições existentes na Amazônia, provocadas por um conjunto de discursos e práticas excludentes que, desde o nível subjetivo da sociedade, promovem a transformação das territorialidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e “tradicionais” em inimigas de uma prosperidade ilusória ofertada pelo Estado.

Como o desenvolvimento na Amazônia se realiza por meio da retirada das autonomias dos povos em seus territórios — isto é, *des-envolve* —, nossa proposta não está em salvar ou criar um novo sentido para o desenvolvimento. No oeste do Pará, os povos amazônicos têm se mobilizado no enfrentamento dos grandes projetos espaciais, além de promover a conscientização da população urbana sobre os perigos da modernização do espaço entendida como sinônimo de dominação da natureza. Nesse

contexto, busca-se enfatizar a construção de outras relações com a natureza, por meio do resgate da ancestralidade e do envolvimento dos sujeitos com seus territórios, suas formas de viver, sentir, pensar e ser.

Com base em todas as contradições que remontam ao período colonial — e que foram acentuadas a partir do discurso de Truman em 1949 —, torna-se necessário buscar alternativas ao desenvolvimento. Nessa perspectiva, o Bem Viver tem se afirmado como uma proposta de construção de novas visões de mundo na América Latina.

No bojo dessa discussão, os termos *Bem Viver* (no Brasil), *Buen Vivir* (no Equador), *Vivir Bien* (na Bolívia), *Teko Porã* (em Guaraní) e *Sumak Kawsay* (em Kíchwa) expressam uma visão de mundo originária dos povos andinos (como os do Equador e da Bolívia). Trata-se de uma filosofia de *r-existência* — uma forma de luta pela própria existência — que combate as múltiplas faces da colonialidade (do poder, do ser, do saber e da natureza), contribuindo com diversos movimentos emancipatórios na Abya Yala/América Latina⁴.

Tal ideia expandiu-se para outros horizontes, alcançando e fortalecendo a luta dos povos originários e tradicionais no Brasil, pois atua em oposição ao capitalismo desde o período colonial e, atualmente, questiona o conceito de desenvolvimento, propondo uma alternativa que busca superar as contradições geradas pela busca do crescimento econômico a qualquer custo. Segundo Acosta (2016, p. 24), podemos entendê-la como “a visão de mundo dos marginalizados pela história”, que, em nosso estudo de caso, corresponde aos povos amazônicos.

O Bem Viver será, então, uma tarefa de (re)construção que passa por desarmar a meta universal do progresso em sua versão produtivista e do desenvolvimento enquanto direção única, sobretudo em sua visão mecanicista do crescimento econômico e seus múltiplos sinônimos. O Bem Viver apresenta-se como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida. (Acosta, 2016, p. 69).

Segundo Gudynas e Acosta (2008), o Bem Viver é um conceito em constante construção, resultado da convivência em sociedade dos seres humanos entre si e com a natureza. Além de orientar o olhar para o futuro, ele permite encontrar respostas para as limitações e contradições dos discursos e práticas do desenvolvimento contemporâneo. Embora o desenvolvimento prometa

⁴ Acosta (2016).

melhorias na qualidade de vida, muitas vezes essas propostas acabam se convertendo em impactos sociais e ambientais, como o desaparecimento de zonas rurais e a perda de economias locais. Sobretudo, o Bem Viver apresenta-se como uma filosofia de vida praticada por povos que vivem em harmonia com a natureza. Ao mesmo tempo, questiona os sentidos de desenvolvimento e de bem-estar vinculados ao consumo material e à transformação da natureza em recurso a ser intensamente explorado, configurando-se como uma das formas de enfrentar as múltiplas faces da colonialidade do poder.

Sob a perspectiva do Bem Viver, as posições centradas na manipulação, no controle e na utilidade são abandonadas, os valores intrínsecos na Natureza são reconhecidos, a história deixa de ser entendida como um processo geral linear e as posturas de comunidades ampliadas são resgatadas. Tudo isso faz o Bem Viver expressar uma alternativa ao desenvolvimento. (Gudynas, 2015, p. 220-221).

Não pode haver Bem Viver sem mudanças radicais no entendimento de bem-estar e na relação com o meio ambiente. É necessário que os valores intrínsecos da natureza e os seus direitos sejam reconhecidos; ou seja, o valor próprio da natureza é independente do uso ou benefício que os seres humanos possam extrair dela. Além disso, a superação da história geral linear se faz presente, pois implica ilusões que entendem a realidade como uma flecha que sai das sociedades consideradas "tradicionais" rumo às "modernas", sendo essa transformação possível somente através do desenvolvimento.

O Bem Viver é uma filosofia indígena que surge nos países andinos, mas que está em construção com as experiências dos povos de Abya Yala. Vale dizer que não existe um conjunto rígido de como deve ser aplicado na sociedade, mas sim uma adaptação da ideia que dialogue com a realidade de cada povo, comunidade, luta, etc. Como não existe um único Bem Viver, diferentes abordagens surgiram ao longo do tempo.

Tabela 2. Abordagens do Bem Viver

Correntes	Características
Indigenista ou cultural	A autodeterminação dos povos indígenas na construção do Bem Viver, a fim de preservar sua identidade, bem como aos elementos espirituais da cosmovisão andina (a Pachamama, outras divindades, espíritos, mitos e ritos das culturas indígenas, etc.)
Socialista/Ecomarxista	Caracterizada pela relevância que seus atores dão à gestão estatal do Bem Viver, os elementos relacionados com a equidade social, deixando em segundo plano as questões ambientais, culturais e identitárias. Visam um socialismo comunitário andino do que o Bem

	viver, como uma variante do andina do socialismo, que vai além de uma abordagem indígena e deve ser completada com contribuições do pensamento neomarxista.
Pós-desenvolvimentista/ Ecológica	O Bem Viver como uma proposta que vai além do desenvolvimento. A participação cidadã deve ocorrer em todos os processos de implementação do bem viver e na construção do conceito com as concepções indígenas, camponesas, sindicalistas, cooperativas, solidários, feministas, pacifistas, ambientalistas, socialistas, de colonialista e etc.

Fonte: Adaptado de Cubillo-Guevara, Hidalgo-Capitán e García-Álvarez (2016).

Para Krenak (2020, p. 8-9), o Bem Viver não é apenas um conjunto de ideias sem ações, mas sim um modo de estar na terra e no mundo, sendo a “difícil experiência de manter o equilíbrio entre o que podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver”. Sobretudo, o autor evidencia que o bem-estar capitalista nos faz enxergar a natureza como recurso a ser consumido. Essa ontologia dualista é a causadora da separação entre humanos e natureza. Em contraposição a isso, o Bem Viver resgata a ideia de que o bem-estar para todos não é sinônimo de destruição do planeta, mas sim a compreensão de que podemos conviver em harmonia com ela, de sermos “corpos vivos em uma terra viva”.

O Bem Viver tem sido um horizonte que direciona a aspiração dos povos na Amazônia, além de ser uma proposta que combate a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza (Cruz, 2017). Em nosso estudo de caso, trabalharemos com a Amazônia brasileira, que desde o seu processo de colonização, com a chegada dos portugueses e posteriormente com outros povos europeus, nos perpetua em nosso imaginário⁵ (Castoriadis, 1992), um *infrapoder* (poder que molda o subjetivo) enraizado na sociedade que nos cega ao ponto da reprodução da mediocridade humana.

Evidentemente, os preconceitos, o racismo e a omissão aos massacres voltados aos povos originários são verdadeiras heranças históricas deixadas pelo colonialismo (Quijano, 2005; Mignolo, 2003), um processo de dominação política, econômica e do imaginário através da escravização e extermínio dos povos originários/tradicionais. Mesmo com o seu “fim”, ainda vivemos um período de colonialidade do poder, do saber,

⁵ Valores, crenças, convenções, procedimentos implícitos, “cultura”, hábitos e costumes etc., que sustentam a sociedade e suas instituições.

do ser e da natureza.

Segundo Castro-Gómez (2005), a finalidade da colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza não é apenas submeter os povos originários através da força militar à escravidão e ao extermínio, mas também transformar o imaginário segundo o modelo europeu ou, no último século, o estadunidense, anulando seus saberes e ditando uma nova forma de enxergar o mundo. Um verdadeiro exercício de violência epistêmica, no qual não se medem esforços para o “apagamento” de suas significações imaginárias manifestadas no espaço geográfico.

Nesse sentido, o Bem Viver evidencia, dentro das relações desses povos, a ontologia relacional existente em seus territórios. Enquanto os grandes projetos espaciais com apoio do Estado perpetuam no imaginário da sociedade a visão da colonialidade da natureza, a anulação dos saberes tradicionais e o não respeito aos modos de vida tradicionais, o Bem Viver tem ampliado as discussões dos povos marginalizados pela história, seus modos de vida, sua relação com a natureza, indo além, discutindo soluções para os problemas globais como, por exemplo, as mudanças climáticas.

Outro fator importante é a invisibilidade que os povos amazônicos têm mediante as disputas territoriais contra esses grandes projetos espaciais, pois os espaços em disputa na Amazônia são tidos como vazios demográficos, a natureza como recurso natural inesgotável, e são espaços ociosos que precisam de um sentido dentro do capitalismo brasileiro que alimente o delírio desenvolvimentista.

Logo, o conceito do Bem Viver é importante para analisarmos algumas lutas sociais na Amazônia, pois muitos grupos passaram a se identificar com essa filosofia que nasce dos povos indígenas andinos, mas que foi incorporada por outros povos e comunidades tradicionais na medida em que enxergaram que seu modo de vida está dentro daquilo que seria o Bem Viver. Desta forma, dialogamos com o caso do coletivo Guardiões do Bem Viver, localizado no município de Santarém, onde os moradores relatam que a mineração deseja obter 55% do seu território conhecido como PAE Lago Grande para extração da bauxita. Portanto, neste momento, traremos algumas características locais de Santarém, o assentamento, a mineração e como essa relação trouxe a formação do coletivo e suas pautas.

CAPÍTULO II: O CONTEXTO AMAZÔNICO E A PRESSÃO DOS GRANDES PROJETOS

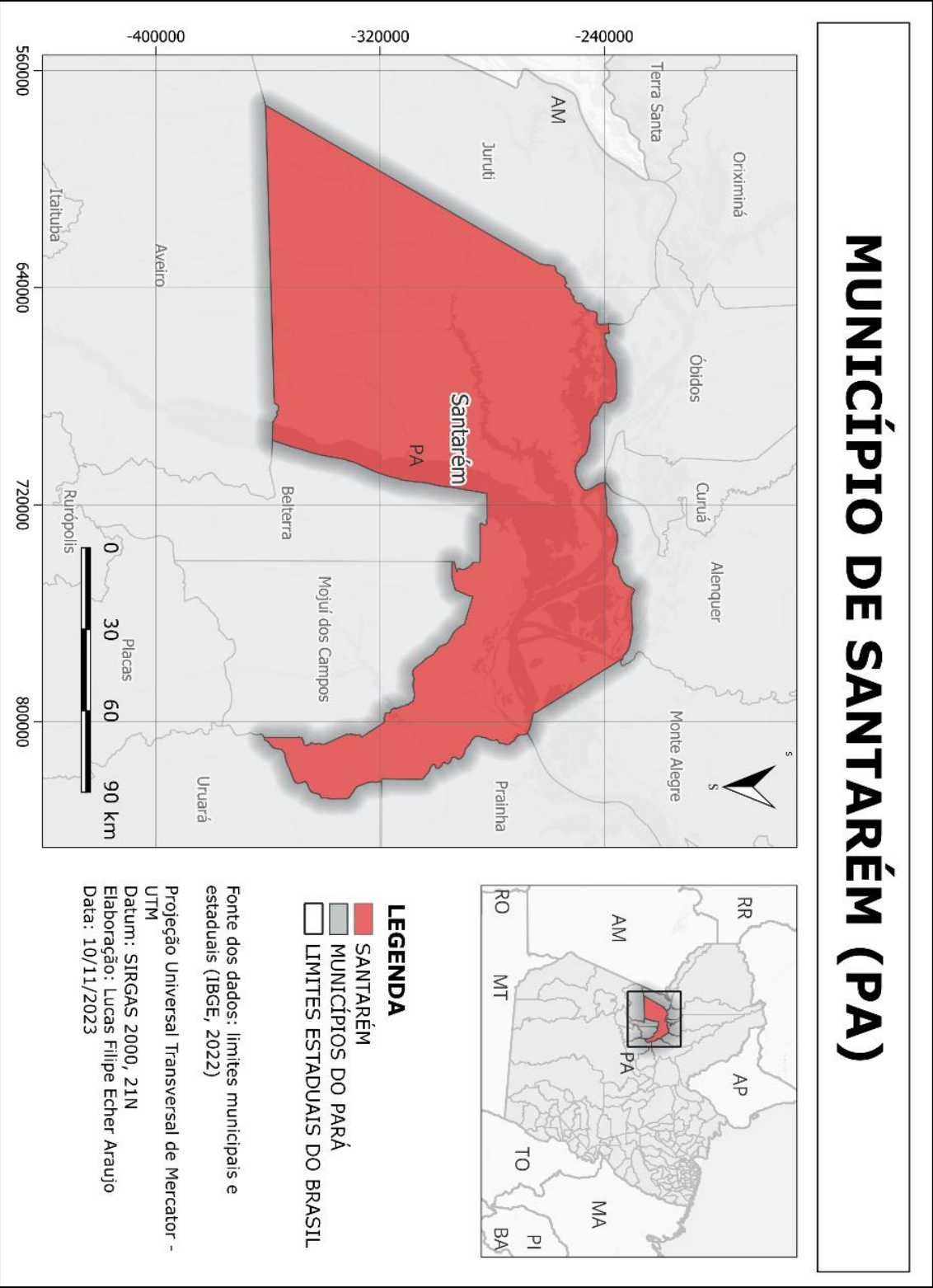
No capítulo II, nosso foco será abordar os contextos voltados à implementação dos grandes projetos espaciais em Santarém e como o poder municipal agiu em favor dos empreendimentos, em vez de promover políticas que atendessem os povos que viviam nesses espaços de interesse do capital. Consequentemente, esse apagamento também se reflete na luta em defesa do Território no PAE Lago Grande, que, por sua vez, reagiu contra a expansão da mineração em suas comunidades. Para entender a dimensão do conflito, trouxemos as ações realizadas pelo INCRA, pela ALCOA, pelas comunidades e pelo Ministério Público Federal.

2.1 SANTARÉM E O CONTEXTO DOS GRANDES PROJETOS DESENVOLVIMENTISTA

O município de Santarém, localizado na região oeste do Pará, possui um histórico semelhante à maioria das cidades tradicionais e ribeirinhas da Amazônia. Sua origem é marcada pelas missões religiosas, pelos conflitos com povos indígenas, pela criação de fortificações militares e por uma economia voltada às “drogas do sertão” (Oliveira, 2008). Por ser um município com forte presença e relações com o Rio Tapajós e o Rio Amazonas, tem sido um ponto importante para as dinâmicas relacionadas ao escoamento de grãos através da criação de portos que atendam à demanda estrangeira.

Com a construção da BR-163 (conhecida como “Cuiabá-Santarém”, com extensão que vai de Santarém-PA a Tenente Portela-RS) e da BR-230 (Transamazônica), ambas erguidas no período da ditadura (anos 1970-1971) e pertencentes ao projeto de desenvolvimento e integração da Amazônia, houve a facilitação da expansão geográfica do capitalismo no município (Zilio, 2021). Por meio da integração com mercados nacionais e internacionais, essa conexão ao Centro-Oeste brasileiro viabilizou os avanços da fronteira agrícola, além do crescimento urbano e da especulação fundiária, o que se tornou um dos principais fatores para o surgimento de conflitos contra os povos amazônicos locais.

Mapa 1: Município de Santarém



Fonte: IBGE (2022), elaboração autoral (2023).

Dentro desse contexto, os Projetos Fundiários (PF) de Santarém, ocorridos em 1976, surgem para a regularização fundiária das áreas ocupadas e o reconhecimento em cartório de ofício de terras públicas para a União. Segundo Guedes (2021), Santarém destaca-se no conjunto de municípios da região Baixo Amazonas⁶ como o território mais recortado por glebas fundiárias federais. Entre 1976 e 1986, doze (12) áreas foram delimitadas, totalizando 2.575.680 (dois milhões quinhentos e setenta e cinco mil seiscentos e oitenta hectares), juntamente com nove (9) glebas discriminadas para arrecadação das terras públicas, somando 1.962.980 (um milhão novecentos e sessenta e dois mil novecentos e oitenta hectares).

Vale ressaltar que esses processos foram aplicados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Santarém, através do apoio da superintendência Regional do INCRA/Belém-PA (SR-01). Guedes (2021) ressalta que, desde o início, o PF-Santarém sempre demonstrou partilhar da visão que o Estado tem sobre as áreas da Amazônia: a de um vazio demográfico e reserva de recursos naturais, desconsiderando os povos amazônicos que habitam o interior das florestas.

O crescimento do agronegócio no estado do Mato Grosso (MT), principalmente a partir da década de 1990, surgiu como um ponto de partida para cidades da região norte do país buscarem o desenvolvimento econômico através da produção em larga escala de grãos de milho e soja. Segundo Pompéia (2018), o modelo do agronegócio no Brasil foi uma importação vinda dos Estados Unidos — *agribusiness* — e amplamente discutida no país desde a década de 1950. A partir de meados de 2001, as commodities ganharam alta no mercado global através da grande procura desses produtos por países, principalmente a China. Somado a isso, os Estados Unidos (EUA), o principal exportador agrícola do continente americano, encontravam-se “sobrecarregados” para atender a essas novas demandas. Dentro desse cenário, o Brasil entrou para atender a essas demandas e passou a construir mecanismos jurídicos-administrativos para atender aos interesses do agronegócio brasileiro.

Os impactos desses processos em Santarém, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), surgem a partir dos anos 2000 com a expansão do agronegócio no município, no primeiro momento, em sua orla, com a construção do Porto da empresa estadunidense Cargill (1999-2009) na praia chamada Vera Paz. Esse grande projeto

⁶ A região do Baixo Amazonas, no estado do Pará, é composta por 13 municípios: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa.

espacial tem como objetivo atender às demandas de transporte de grãos vindas do Centro-Oeste brasileiro, principalmente do estado do Mato Grosso, para escoar essa produção para a China, o Reino Unido, a França, a Espanha e a Itália. Além disso, busca incentivar a produção local.

Nesse período de construção do porto da Cargill, o poder municipal, através do então prefeito Lira Maia (1996-2004), que possuía ligações com a bancada ruralista, teve acesso a pesquisas realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em Santarém que apontavam a área conhecida como Planalto Santareno como propícia para o cultivo de grãos. Com esses dados, o prefeito passou a “oferecer” essas terras para produtores principalmente do Rio Grande do Sul e Paraná.

O Planalto Santareno era ocupado por comunidades tradicionais e originárias, como indígenas, quilombolas e camponeses, que viviam e vivem da agricultura familiar, pesca, extrativismo, que subsistem da troca de alimentos e abastecem as feiras da área urbana da cidade. Todavia, estes moradores estavam vulneráveis dada a carência documental das terras (o título de propriedade), pois a ausência do título da terra não se configurava um “problema” e, por isso, a maioria não o tinha.

A formação das fazendas se deu por vários meios, sendo em grande parte pela compra e venda de terras nesses espaços. Entretanto, o valor oferecido aos moradores era muito abaixo e, por receio de perderem suas terras sem nada em troca, decidiram vender e tentar a vida na área urbana de Santarém ou em municípios vizinhos. Outro fator foi o uso do CAR (Cadastro Ambiental Rural), documento utilizado em muitos casos em grilagem de terras. Com isso, muitos conflitos entre povos amazônicos de Santarém e grandes projetos espaciais surgiram por conta dessa formação de fazendas voltadas ao plantio de milho e soja, atingindo também os municípios de Belterra e Mojuí dos Campos, como podemos observar no mapa 2, a dimensão dos impactos na paisagem causada pelo avanço das fazendas voltadas ao plantio de soja e milho.

A implementação dos grandes projetos espaciais em Santarém ao longo de 20 anos gerou inúmeros impactos ambientais, entre eles o desmatamento, o assoreamento de igarapés e a espoliação de moradores de comunidades, como resultado do crescimento da quantidade de fazendas existentes nos espaços retratados pelo mapa 2. Segundo dados da CPT, entre 2004 e 2006 houve a evasão de 500 famílias de suas comunidades, as quais relatam o uso de violência física e psicológica. Entretanto, muitas aldeias indígenas, comunidades quilombolas e camponesas r-existem frente a esse processo agressivo de expropriação. Por exemplo, os indígenas da Terra Indígena (TI) Munduruku Planalto, quando se depararam com o avanço das fazendas em seu território, se organizaram e reivindicaram a demarcação da TI à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 2008.

Contudo, dada a demora da atuação do órgão, em 2015 os indígenas implementaram a autodemarcação da TI, com a dimensão dos limites físicos baseada nos conhecimentos dos moradores que pertencem às quatro aldeias (Açaizal, Amparador, Ipaupixuna e Cavada). Desde então, os indígenas Munduruku Planalto lutam pelo seu território e têm contado com o apoio de universidades, do Ministério Público Federal (MPF) e de organizações que atuam em defesa dos povos amazônicos em Santarém.

Além disso, outro porto está sendo construído no lago do Maicá⁷ pela Empresa Brasileira de Portos de Santarém (EMBRAPS), o que afetará a pesca realizada pelos ribeirinhos, indígenas Munduruku Planalto e os quilombolas de Tiningu, Murumuru e Murumurutuba, que exigem ser consultados conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) lhes assegura a consulta livre, prévia e informada. Dentro desses aspectos, o poder municipal de Santarém tem buscado facilitar a criação de grandes projetos espaciais e pouco tem sido feito para assegurar que os povos que vivem nesses espaços visados para os empreendimentos permaneçam, favorecendo, assim, a sua expropriação.

Em suma, a criação da rodovia Cuiabá-Santarém, juntamente com os projetos fundiários, nos auxilia na compreensão de como o município buscou se alinhar com os grandes projetos espaciais, como a criação da Cargill e a formação de fazendas voltadas à produção e exportação de milho e soja. Vale ressaltar que, mesmo com a incompetência e o desfavor do poder municipal, ainda existem movimentos sociais, comunitários, coletivos, quilombolas e indígenas que r-existem e, em muitos casos, se unem para

⁷ Lago muito utilizado pelas comunidades tradicionais para pesca, por exemplo, os munduruku Planalto e os quilombos Murumuru, Tiningu entre outros.

enfrentar esse processo. Por exemplo, os indígenas Munduruku Planalto, Borari, Cobra Grande, os quilombolas de Tiningu, Murumuru, Murumurutuba, os moradores da comunidade de Jatobá, o Coletivo Guardiões do Bem Viver, entre outros, estão atuando ante a esse projeto político e ideológico de apagamento das ancestralidades santarenas.

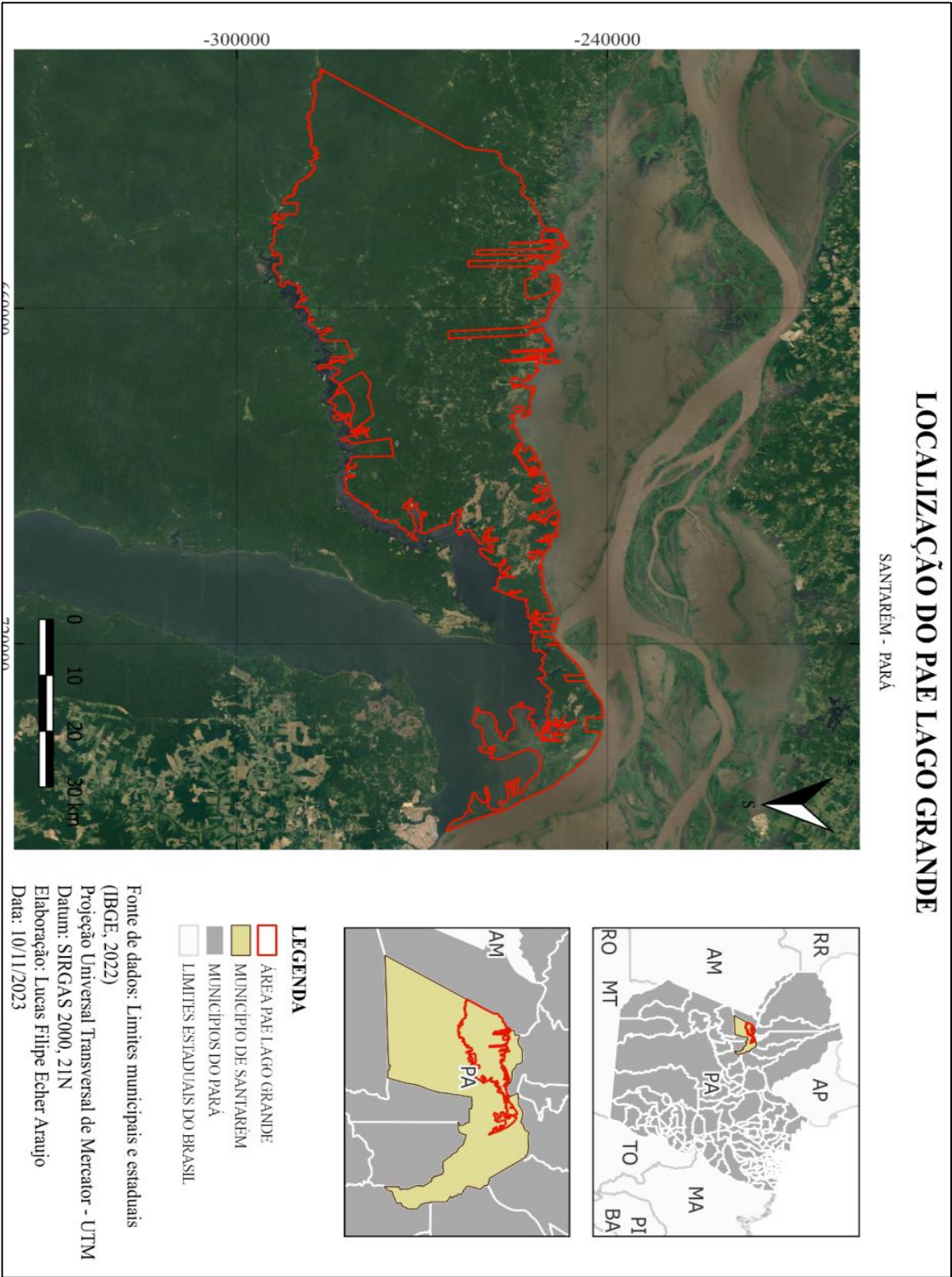
Com base neste breve contexto, avançaremos para entender como é a relação fundiária do PAE Lago Grande, um dos projetos de assentamentos de Santarém onde residem os membros do coletivo Guardiões do Bem Viver e que tem sido alvo dos interesses da mineradora ALCOA.

2.2 PAE LAGO GRANDE

O Projeto de Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande, mais conhecido como PAE Lago Grande, está localizado no município de Santarém, entre os Rios Amazonas, Arapiuns e Tapajós. O PAE é uma modalidade de assentamento baseada na exploração de áreas que possuem ampla riqueza em biodiversidade, possibilitando atividades extrativistas que sejam social e economicamente viáveis, pautadas na sustentabilidade. Essas atividades são praticadas, sobretudo, pelas populações provenientes de comunidades extrativistas.

O PAE Lago Grande é uma área com aproximadamente 250.344 hectares, caracterizada predominantemente por áreas de terra firme. Possui 155 comunidades e aldeias com mais de 5.595 famílias, sendo composta por descendentes de indígenas, quilombolas, portugueses e pessoas vindas da região nordeste do Brasil. Segundo Folhes (2010), a região do Lago Grande teve uma intensa ocupação humana com os processos migratórios de nordestinos no século XIX, principalmente nas áreas de várzea localizadas nas margens dos Rios Amazonas e Arapixuna. Com isso, no século XX, praticava-se a coleta de produtos e outras atividades nos interiores de terras firmes, sendo as principais o cacau e a pecuária. Apesar das limitações para obter dados mais precisos sobre os limites de cada comunidade, podemos observar no mapa 3 a sua dimensão e a localização do PAE Lago Grande no município de Santarém.

Mapa 3. Localização do PAE Lago Grande



Fonte: Autoral (2023).

Atualmente, as comunidades têm como principal meio de autoconsumo o artesanato, a caça, a criação de animais, a pesca, a agricultura familiar, a coleta de frutas da floresta e a produção de seus manejos, que fazem do assentamento um “organismo vivo” e independente de produtos de subsistência externos. Apesar de todas essas dinâmicas existentes no assentamento desde os séculos passados, ele vem sofrendo inúmeras ameaças, como a extração ilegal de madeira, a pesca predatória e a apropriação de terras através da grilagem. Todos esses elementos acabam formando um conjunto de práticas que ocorrem desde 1980 e ameaçam as condições de vida das populações locais, gerando conflitos generalizados entre diferentes atores envolvidos.

Além disso, houve, dentro desse contexto histórico, o PF-Santarém, pautado na Lei 6.383/76, que resultou em um processo discriminatório realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, através de três trabalhos de campo entre 1980-1990, com o objetivo de demarcar as ocupações existentes na região do Lago Grande. Sobretudo, essas demarcações geraram 6 mil processos, pois cada lote demarcado se tornava um processo que posteriormente ajudaria na legitimação da posse da terra.

Com todas essas ameaças, os representantes das comunidades e o Sindicato de Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém (STTR) uniram forças para agir de maneira conjunta na defesa dos seus direitos à terra e ao uso dos recursos naturais. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), o PAE Lago Grande foi criado somente no dia 28 de novembro de 2005 pelo INCRA, após anos (desde 1996) de reivindicações dos movimentos sociais. Posteriormente, o PAE foi homologado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 2008. Atualmente, segue em processo de revisão.

Apesar do reconhecimento do território, a condição do PAE Lago Grande é crítica, pois seus moradores ainda não possuem o Contrato de Concessão de Direito Real do Uso (CCDRU), pelo qual aguardam há quase 20 anos. Essa condição é causada (segundo o INCRA) pelas indefinições geográficas; além disso, todos os anos o número de CAR aumenta dentro do assentamento, somado a isso, supostamente há 48 propriedades particulares que totalizam 28.747 hectares, existentes antes mesmo da criação do PAE e que não foram desapropriadas pelo INCRA.

A Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) é um instrumento de regularização fundiária que tem como base o Decreto Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1988, e na Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007. Ela tem por

objetivo legitimar terras públicas que estão ocupadas ou utilizadas informalmente por populações de baixa renda. Além disso, ela serve para preservar os meios do autoconsumo de comunidades tradicionais, como é o caso das Unidades de Conservação federais (UC), dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE), entre outros.

A Concessão de Direito Real de Uso trata-se de um contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui um bem de seu domínio a particular, para que explore segundo a sua destinação específica. É um título de uso dos recursos naturais repassado pelo Governo, no caso o Federal, para as organizações representativas e famílias de comunidades tradicionais residentes em uma Unidade de Conservação de uso sustentável-Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais. (Brasil, 2023).

Os moradores do PAE Lago Grande necessitam desse contrato, pois é através dele que os direitos e deveres são assegurados pela Lei. A CCDRU não só possibilita a regularização fundiária em prol das populações tradicionais como também permite que essas famílias tenham acesso às diferentes políticas públicas, por exemplo, o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Enquanto o INCRA não efetiva os devidos processos que proporcionariam o CCDRU às comunidades, estes sofrem pressões com a entrada de madeiras, a pesca predatória, a soja, a especulação imobiliária e, principalmente, a mineração industrial de bauxita. Vale ressaltar que uma das maiores mineradoras do mundo, a ALCOA (Aluminum Company of America), atua no município de Juruti, vizinho ao PAE Lago Grande, e busca expandir suas operações em direção ao assentamento. Consequentemente, a empresa está bloqueada de entrar na área desde 2018, devido às várias denúncias realizadas pelos moradores ao MPF, com relatos de inúmeras tentativas de cooptação de lideranças das comunidades por parte da empresa, oferecendo “presentes” para as escolas e frete de ônibus para um passeio com o intuito de demonstrar as “melhorias” realizadas pela ALCOA em Juruti.

Apesar de todas essas implicações, os moradores do PAE Lago Grande têm se organizado em várias frentes que atuam em defesa do território: a Federação Agroextrativista da Gleba Lago Grande da Franca (FEAGLE), com sete Guardiões do

Bem Viver⁸ na direção; o STTR; a ONG Projeto Saúde e Alegria, entre outros. A luta para garantir a posse coletiva da terra permanece. Houve muitas conquistas, como o bloqueio das pesquisas que estavam sendo realizadas pela mineração. Contudo, muitas ameaças, como as madeireiras ilegais dentro do território, têm sido o estopim para os conflitos geoespistêmicos.

Falaremos a seguir sobre a Mineradora ALCOA, que atua na região do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Juruti Velho, localizado no município de Juruti, no estado do Pará, e seu processo de expansão em direção ao PAE Lago Grande.

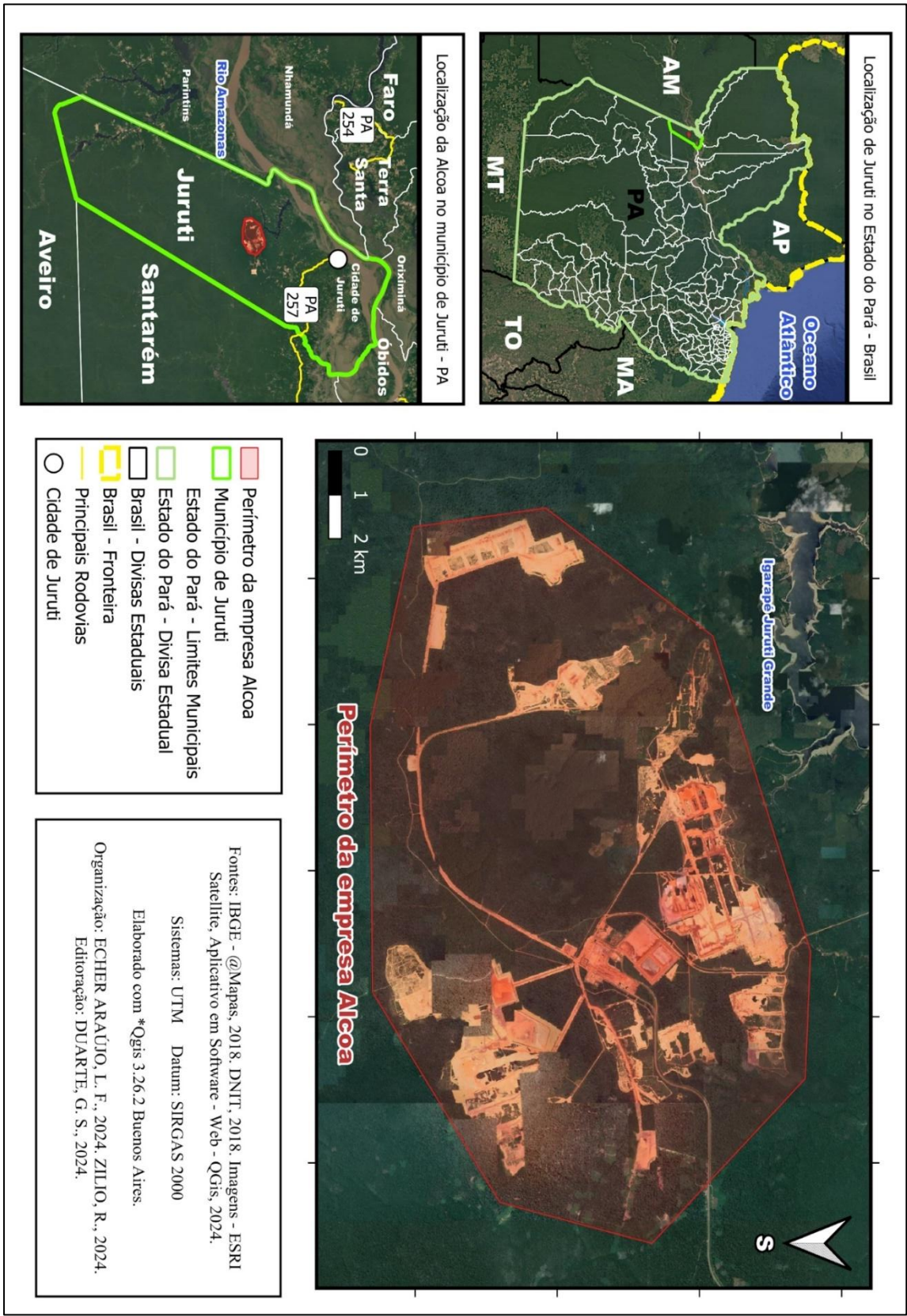
2.3 A MINERADORA ALCOA EM JURUTI

A ALCOA, assim como outros grandes projetos espaciais que atuam no oeste do Pará — por exemplo, a expansão da soja em Santarém —, tem sido uma constatação do que Wanderley (2008, p.1) diz: “Os conflitos são fenômenos sociais inerentes aos grandes projetos de desenvolvimento”, pois se trata de diferentes sujeitos disputando mais do que a terra; eles disputam (em muitos casos) o território. Além do mais, esses empreendimentos formam um conjunto de atividades, como a monocultura, portos, extração de minérios, que impactam não somente a área de exploração e, por consequência, atingem o ecossistema ao seu redor. Com isso, as relações não pertencentes a esses projetos passam a ser afetadas e forçadas a se adaptarem. Nesse sentido, o conflito surge como uma tentativa de assegurar direitos e perpetuar o modo de vida, r-existir.

Segundo Lopes (2012), a Alcoa foi criada em 1888 nos Estados Unidos, sendo atualmente a líder mundial na produção de alumínio primário, alumínio e alumina, tendo cerca de 63 mil funcionários distribuídos em 31 países. No Brasil, a mineradora vem operando desde 1965, sendo responsável por 1/5 da produção de alumínio no País. Está presente em cinco estados — Maranhão, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Pará — com produções de alumínio, pó de alumínio, folhas, telhas, entre outros. Em 2000, a ALCOA adquiriu a Reynolds Metals Company (RMC), uma das maiores produtoras de alumínio do mundo, e alcançou o direito de explorar em Juruti – PA a mina de bauxita.

⁸ Falaremos sobre os Guardiões do Bem Viver mais a frente, nesse momento se faz necessário entendermos os processos anteriores ao surgimento do coletivo.

Mapa 4. Mineradora ALCOA em Juruti – PA



Fonte: Google Earth, 2024. Elaboração autoral.

Apesar da implantação desse grande projeto espacial iniciado em 2000, os estudos voltados à exploração de bauxita em Juruti já ocorriam desde 1980. Além disso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou 9,5 bilhões em empréstimos para os projetos que a Alcoa tinha na região norte do país entre 2007 e 2009.[1] O projeto gerou vários impactos socioambientais, tendo como consequência denúncias realizadas por moradores ribeirinhos de Juruti em 2007, nas quais alegaram ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Pará (MPPA) que dentro do PAE Juruti Velho estaria ocorrendo desmatamento irregular da floresta e contaminação dos igarapés. O MPF e o MPPA consideraram que havia informações inconsistentes e superficiais nos estudos ambientais realizados pela mineradora. Assim, foi movida uma Ação Civil Pública (ACP) para anulação das licenças prévias e de instalação concedidas pela atual Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas-PA).

Em 2009, na capital Belém, ocorria o Fórum Social Mundial (FSM). Nesse momento, os assentados e ribeirinhos de Juruti Velho utilizaram da visibilidade desse evento para protestar contra os impactos causados pela Alcoa no município. Cerca de 1500 pessoas bloquearam a entrada da base operacional da empresa, a ferrovia, o porto e a rodovia; ninguém entrava ou saía. Foram 9 dias de ocupação, com muitos momentos de tensão por conta da atuação da polícia militar para dispersar a ocupação e da imprensa local, que os noticiava como “posseiros de terras”. Dada a proporção do protesto em 2009, Franklin Feder, CEO regional da Alcoa para a América Latina e o Caribe, entrou em contato com os integrantes do protesto. Posteriormente, o INCRA emitiu o título coletivo da terra e, por intermédio do Ministério Público e da ALCOA, houve o acompanhamento do processo de indenização às comunidades, além do direito à royalty de 1,5% de uma parte do lucro líquido da mina⁹.

2.4 EXPANSÃO DA ALCOA PARA O PAE LAGO GRANDE

Como já mencionado, os moradores do PAE Lago Grande vêm sofrendo várias ameaças de diversos projetos, como madeireiras, a soja, especulação imobiliária e,

⁹ Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2009/03/06/blogosfera-bndes-financia-expansao-de-projetos-de-bauxita-e-alumina-no-para-e-maranhao-danosos-ao-meio-ambiente-e-populacoes-tradicionais-no-blog-furo/>. Acesso em 20 de maio de 2024. [2] Disponível em: <https://news.mongabay.com/2020/10/alcoa-vs-the-amazon-how-the-ribeirinhos-won-their-collective-land-rights/>. Acesso em 22/05/2024.

principalmente, a mineração, dada a vulnerabilidade causada pela ausência do CCDRU. Em poucos anos após a implementação da mineração em Juruti, a ALCOA buscou expandir-se através de investimentos na exploração de bauxita na região do Lago Grande desde 2006. Esse processo ocasionou alguns conflitos com organizações do assentamento, dado que nas áreas visadas pelo empreendimento existem comunidades que são dependentes desses espaços para sobreviver e que reproduzem suas relações simbólicas com a natureza.

Segundo dados do MPF (2018), moradores das comunidades denunciaram ao Ministério Público tentativas de cooptação de lideranças das comunidades para apoiar a exploração de bauxita dentro do PAE Lago Grande. Segundo comunitários, a mineradora estava tentando aliciar as lideranças com projetos que ajudariam as escolas. Além disso, houve uma disponibilização de ônibus para deslocar alunos das comunidades até Juruti, com o intuito de divulgar as vantagens que eles teriam se apoiassem a mineração em seu território.

Um dos casos mais emblemáticos ocorreu em 2016, quando representantes da ALCOA realizaram uma reunião na Associação de Moradores da Vila Curuai (ASMOVIC) com auxílio de um geólogo e uma pessoa das relações públicas. Utilizaram a rádio local para convocar os comunitários a participarem da reunião, sem o consentimento da federação do PAE Lago Grande, que não sabia, até aquele momento, da visita dos representantes. Quando a FEAGLE ficou ciente do que estava acontecendo, pediu que os moradores das comunidades próximas não participassem da reunião, o que resultou em um atrito entre a comunidade e a federação.

Em 2017, segundo um comunitário da comunidade São Mariano, representantes da ALCOA chegaram na comunidade com cerca de 2 mil brinquedos para as crianças. Além disso, trouxeram um projeto para ser assinado pela liderança, que, consequentemente, foi recusado. Houve também um passeio patrocinado pela mineração para que os moradores visitassem Juruti, no qual eles (moradores) relatam não ter saído de dentro do ônibus, exceto para fazer as refeições, e durante esse processo ocorriam várias apresentações sobre as qualidades da mineração na região.

Vale destacar que, em outros relatos, os comunitários se queixam da ausência de medidas necessárias por parte do INCRA. A mineradora, ciente da vulnerabilidade das comunidades, acaba oferecendo projetos que visam cobrir muitas falhas do poder municipal, por exemplo, as melhorias necessárias na escola. Em muitas das comunidades nas regiões do Lago Grande, Arapiuns e Arapixuna, há carência de acesso à energia

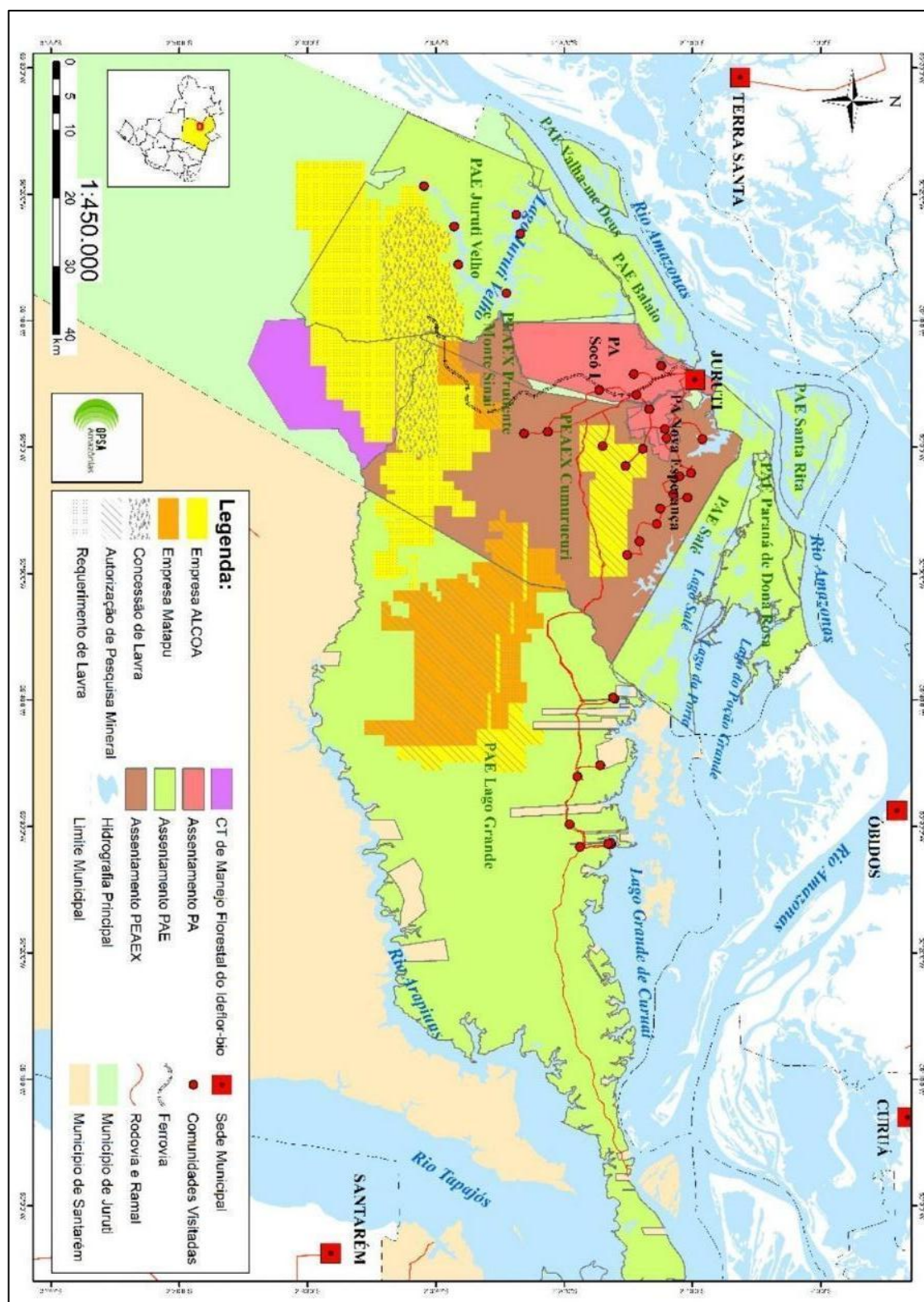
elétrica e, nas que possuem acesso, como o caso de Muruí, há um racionamento de energia.

Uma das impressões de campo que tive em relação às escolas foi o seu importante papel para as comunidades, pois permitem que os estudantes que residem no assentamento possam ter a possibilidade de ingressar no ensino superior. Embora muitos jovens desejem cursar o ensino superior, acabam encontrando muitos desafios (principalmente o custo financeiro) para residir na área urbana de Santarém. Além disso, as escolas, em sua maioria, carecem de melhores condições materiais. É através dessas contradições que os grandes projetos surgem e, em muitos casos, acabam gerando atrito entre a escola e a comunidade, como o caso de Curuaí.

Eles (ALCOA) me deram e eu trouxe um projeto montado, mas não dei para ninguém assinar. Eu trouxe para nossa diretoria que estava conosco ver. Chamei o sindicato, o sindicato olhou. Tinha projeto para a criação de galinha (era tudo doado), e isso era um assédio para nós, o que estava acontecendo era para pegar nossas lideranças das comunidades para poder eles avançarem. Isso aí foi muito pressionado e trazia aqueles projetos. Olha um projeto de 50 mil, de 30 mil, de 20 mil era para criação de tudo quanto é tipo de bicho. (Morador do PAE Lago Grande, 2023).

Em todos os trabalhos de campo realizados, sobre os quais falarei mais à frente, tive a mesma compreensão que o MPF (2018) teve em relação aos moradores do PAE Lago Grande. Apesar das várias tentativas por parte da ALCOA através dos projetos e das viagens, por mais vantajosos que pareciam e parecem ser, eles têm um custo ambiental enorme e os moradores, cientes disso, na maioria das vezes acabavam recusando as propostas. Entretanto, ainda existem pessoas dentro do assentamento que especulam uma possível compra de terras por parte da ALCOA, o que resulta em loteamentos e tentativas de vendas de terras.

Mapa 5. Localização das Minas e Infraestruturas



Fonte: ANM, 2019; IBGE, 2019; Trabalho de Campo do GPSA¹⁰, 2019.

¹⁰ Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônias (GPSA-Amazônias).

O Mapa acima nos dá uma melhor compreensão da dimensão expansionista da ALCOA¹¹ nas comunidades visitadas, onde ocorreram os relatos que mencionamos. Além disso, muitas estratégias foram adotadas pela ALCOA para convencer os moradores a aceitarem a expansão da mineração em seus territórios. Uma delas foi o receio que essas pessoas tinham de perder seus espaços no assentamento. Com a falta do contrato coletivo, muitos comunitários sentem-se receosos em relação ao futuro e, nesse sentido, os representantes da mineradora tentavam incentivá-los a adquirir o título individual da terra, sob o pretexto de que assim, supostamente, facilitaria a compra de lotes.

Em nosso estudo de caso, podemos observar que os discursos desenvolvimentistas surgem através de possíveis melhorias nas escolas, na agricultura e na criação de outros animais em busca de uma aceitação das comunidades para a expansão neoextrativista nesses espaços. Os impactos ambientais causados no PAE Juruti Velho serviram como um alerta para os moradores do PAE Lago Grande sobre os perigos de possuir um grande projeto espacial no assentamento.

Consequentemente, em 12 de novembro de 2019, uma decisão do Juiz Federal Érico Rodrigo Freitas Pinheiro determinou que a Alcoa World Alumina Brasil Ltda e Matapu Sociedade de Mineração Ltda não ingressem na área do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Lago Grande sem que antes tenha sido realizada a consulta prévia, livre e informada às comunidades, nos moldes da Convenção 169 da OIT, e concedida licença ou autorização minerária pelo órgão competente. Foi fixada multa diária de R\$50.000,00, para o caso de descumprimento desta determinação.

¹¹ A empresa MATAPU é uma unidade da Alcoa em Juruti.

CAPÍTULO III: OS GUARDIÕES DO BEM VIVER E A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS

No capítulo III, utilizamos uma abordagem cronológica sobre os eventos destacados para facilitar a compreensão do leitor. De início, trouxemos o surgimento do coletivo entre 2018 e 2019 por meio da criação da I Romaria do Bem Viver; posteriormente, a organização do coletivo e suas práticas espaciais. Os relatos dos trabalhos de campo estão distribuídos de maneira organizada, considerando as datas das atividades desenvolvidas pelo coletivo, traçando assim uma cronologia dos fatos, que nos permita entender o que foi feito para a realização da II Romaria do Bem Viver, juntamente com outras práticas que mobilizaram os moradores do PAE Lago Grande para contribuir com a defesa do território. São essas motivações que nos possibilitaram escrever o tópico sobre o sentido de Bem Viver e território para os Guardiões, sendo essa uma construção alternativa ao des-envolvimento.

3.1 I ROMARIA DO BEM VIVER E A ORIGEM DOS GUARDIÕES

Com a crescente presença dos grandes projetos espaciais no PAE Lago Grande, especialmente o caso envolvendo a ALCOA, as organizações FEAGLE, STTR, Pastoral da Juventude (PJ) passaram a mobilizar os moradores do PAE através de assembleias entre 2018 e 2019 para que compreendessem os reais perigos da exploração da bauxita e como ela impactaria seu modo de vida. Em meio a esses processos, quando essas informações chegaram às comunidades, elas se mobilizaram, principalmente os jovens, pois o assentamento já contava com vários ativistas que atuavam de maneira independente, e muitos que hoje estão no coletivo Guardiões do Bem Viver já tinham ligações com outras organizações, por exemplo, a PJ.

A I Romaria do Bem Viver ocorreu nos dias 16 e 17 de novembro de 2019, com o apoio da FASE Amazônia, Greenpeace, Projeto Saúde e Alegria – PSA e teve como tema "Defender a Mãe Terra e com nossos modos de vida resistir"; o lema foi "Lago Grande, território do Bem Viver, livre de mineração". Neste ato concentraram-se mais de 1500 pessoas na praia de Cuipiranga, que tem por contexto histórico ser o último foco da Cabanagem no Baixo Amazonas.

O tema da primeira romaria era defender a mãe terra com os nossos

modos de vida resistir. PAE Lago Grande é um território livre de mineração. A ideia era chamar a atenção e dizer não, aqui nós queremos um território livre de mineração, aqui mineração não é desenvolvimento, para nós a mineração é morte, querem tomar o nosso território.” Guardiões do Bem Viver, 2023).

O evento iniciou com o uso da mística como uma maneira de expressar a espiritualidade e a conexão com a natureza, sendo um momento para refletir sobre a importância de todos os elementos que os cercam — os rios, a floresta, a terra —, o que dá sentido a uma ontologia relacional. Em seguida, houve um seminário no qual foram abordados os impactos causados pelas minerações e como isso se refletiria na vida dos moradores do PAE.

No final da tarde, iniciou-se a caminhada de manifestação do PAE, da qual 1300 jovens participaram. Foi percorrido um trajeto de 35 km, a distância da praia de Cuipiranga à sede da FEAGLE, na comunidade de Muruí. Foram utilizados banners e faixas com frases em defesa do território e da preservação do seu modo de vida tradicional.

Figura 2. Primeira Romaria do Bem Viver



Fonte: Arthur Serra Massuda (2019).

O ato culmina com um manifesto chamado Cuipiranga, que posteriormente foi entregue à câmara dos vereadores de Santarém como uma mensagem direta do posicionamento das comunidades em relação à presença da mineradora ALCOA no assentamento.

Criado em novembro de 2005, o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande tem uma área de mais de 250 mil hectares e conta com 144 comunidades, onde moram cerca de 35.000 pessoas. [...] Nossos modos de vida, nosso tempo de trabalho, nossa maneira de lidar com a terra, com as águas, com as matas, com os bichos e com os encantados não são marcados pela lógica da acumulação capitalista. Ao contrário, nossa dinâmica é a da partilha, da vivência comunitária, da solidariedade [...] Com todas as riquezas que compõem nosso Bem Viver, não podemos deixar ser enganados pelos projetos ilusórios desenvolvimentistas. Nossos modos de viver e produzir são incompatíveis com a atividade minerária. Por isso, nossa luta é para garantir o PAE Lago Grande como um Território Livre de Mineração. a titulação coletiva, pois é a coletividade que é a marca histórica do nosso povo. (Manifesto Cuipiranga, 2019).

Após a romaria, alguns jovens que atuaram na organização decidiram construir um grupo de ativistas, que ficou conhecido como “os 15”, sendo 5 jovens de cada região que o PAE engloba (Arapiums, Arapixuna, Lago Grande). A ideia de formar um grupo serviria para que os feitos da romaria não acabassem. De 2019 a 2020, o grupo passou por vários processos de formação em direitos territoriais realizados pela Fase Amazônia, uma das organizações atuantes no PAE Lago Grande.

Entretanto, dado o tamanho do assentamento, o grupo decidiu se ampliar e formar um coletivo, que se chamou Guardiões do Bem Viver. O nome "guardião" parte de um sentimento existente no grupo de defender o território; já o "Bem Viver" vem de uma compreensão obtida nos cursos de formação territorial, onde eles perceberam que seu modo de vida, sua forma de se relacionar com a natureza, é o Bem Viver.

Ser um Guardiã do Bem Viver é dizer assim: Eu estou guardando, eu tenho prazer em fazer memória, guardar as tradições que os meus antepassados tinham e quero reafirmar para sociedade atual que essas tradições me realizam, me completa e não faz mal a ninguém. (Guardiões do Bem Viver, 2023).

Portanto, foi nesse momento que decidiram que havia a necessidade de formar um coletivo ainda mais amplo, que alcançasse todo o assentamento e não fosse mais

vinculado à PJ. Assim, surgiram os Guardiões do Bem Viver. O coletivo buscou ampliar o conhecimento dos seus integrantes por meio de trocas de experiências com outras lutas que ocorrem na região e em outros estados do Brasil, bem como pela criação de processos de formação sobre identidade, território e o Bem Viver.

A gente não quer perder o Bem Viver, a gente não quer perder o igarapé que a gente tem, porque Bem Viver é tomar banho no igarapé. Comer peixe assado é Bem Viver. Eu ir para a minha roça é Bem Viver, eu cultivar a minha terra, isso é Bem Viver, eu olhar e ouvir o barulho dos pássaros todo dia quando eu acordo, isso é Bem Viver. Enquanto na cidade, esse Bem Viver não existe mais, sabe? E eu preciso compreender e dar compreensão para as outras pessoas que se nós perdermos esse Bem Viver, a gente não vai encontrar esse Bem Viver em outro lugar, sabe? Aqui o nosso tempo, trabalho, a nossa dinâmica coletiva dos trabalhos comunitários. Então, tudo isso é Bem Viver, então é isso que os Guardiões fazem aqui, pautando essas pautas e guardando esse território. (Guardiões do Bem Viver, 2023).

Em busca de fortalecer a defesa do PAE, o coletivo tem avançado nos debates sobre o Bem Viver como uma alternativa ao desenvolvimento proposto pelos grandes projetos, enfatizando os modos de vida das comunidades e suas relações com a natureza. Atualmente, eles contam com mais de 50 jovens, incluindo indígenas, agricultores, extrativistas e ribeirinhos que atuam dentro do assentamento, realizando campanhas de conscientização nas comunidades e criando perfis em redes sociais que auxiliam na divulgação das atividades elaboradas pelo coletivo. No próximo tópico, iremos abordar algumas práticas espaciais realizadas pelo coletivo e como elas contribuem para a defesa do PAE Lago Grande.

3.2 GUARDIÕES: ORGANIZAÇÃO E SUAS PRÁTICAS ESPACIAIS

As lutas dos povos amazônicos se caracterizam, em muitos casos, não apenas pela defesa do território, mas também pela perpetuação de uma forma de existir nesses espaços, ou seja, a r-existência. Os Guardiões trazem para o debate todos esses elementos que fazem parte do cotidiano dos moradores do PAE, como práticas espaciais voltadas a uma ontologia relacional, as quais demonstram a importância de possuir uma relação harmônica com os rios e a floresta, sendo isso não só importante para o autoconsumo, mas também para manter vivas as tradições de seus antepassados.

Guardião não se baseia só no nome, mas é ter atitudes próprias que confirmem isso, é estar na luta pelo território, é cuidar da terra e dar a sua vida por tudo isso que valorizamos no PAE. O Bem Viver é conseguir ainda ter essas coisas que foram deixadas pelos nossos antepassados e ainda viver nessa floresta, nesse rio, nesses nossos igarapés e ter nossa alimentação saudável. (Guardiões do Bem Viver, 2024).

Uma característica observada nos trabalhos de campo é a organização do coletivo sem um conjunto de hierarquias, sem cargos de liderança ou representatividade. Cada Guardiã fala pelo coletivo, e os projetos que são desenvolvidos só ocorrem se antes passarem por um processo de votação e possíveis adaptações. Para fazer parte do coletivo, é necessário ter no mínimo 14 anos; não basta apenas querer, todos que participam das reuniões de formação são avaliados, e, após a participação em três encontros, o coletivo decide se a pessoa fará parte. Caso a pessoa seja aceita, ao final de cada encontro realiza-se uma cerimônia, como veremos nos relatos de campo.

Outro fator importante são as distribuições de funções dentro das atividades realizadas pelos guardiões. Embora o coletivo tenha 50 membros, nem todos desempenham as mesmas funções. Essas questões ficam em aberto para cada membro decidir como gostaria de participar de cada atividade. Assim, há membros que ajudam mais nos processos de formação, como palestrantes sobre determinado tema, outros se sentem mais à vontade nas divulgações, na organização ou em viagens para captar recursos com outros movimentos. Cada um contribui conforme se sente mais à vontade.

As atividades realizadas pelos Guardiões no PAE formam um conjunto de práticas espaciais que são importantes para entendermos quais estratégias têm sido adotadas para a manutenção da luta em defesa do território. As práticas espaciais insurgentes são um conjunto de ações (práxis) que buscam transformar a realidade (Souza, 2013). O geógrafo Marcelo Lopes de Souza construiu alguns tipos gerais dessas ações, que nos permitem entender as diferentes atuações dos sujeitos que protagonizam as lutas sociais. Gostaríamos de destacar três elementos em nosso estudo de caso.

A primeira é caracterizada pelas práticas que buscam a territorialização em sentido restrito, sendo marcada pela “apropriação” e controle do espaço. Em seu primeiro momento, ela se enquadra em uma escala espacial local, mas que pode abranger a dimensão regional e nacional. Esse tipo é bastante presente nas lutas por autônias ou ganhos de autonomia (Souza, 2006), nas quais determinados grupos utilizam de mecanismos do Estado ou, apesar do Estado (Souza, 2017), para legitimar seu domínio

sobre esses espaços como, por exemplo, as retomadas e autodemarcações de terras indígenas.

O segundo tipo abordado é o conjunto de ações que buscam as ressignificações de lugares, nas quais as batalhas são travadas pelo uso de discurso e simbolismo nesses espaços, e os sentidos de territórios se confrontam entre as visões de mundos e suas práticas hegemônicas ou não hegemônicas. Por fim, um terceiro tipo que forma esse conjunto de estratégias socioespaciais é a construção de redes espaciais, na qual o coletivo tem se empenhado em unir forças com outros movimentos que lutam pela emancipação de seus territórios em todas as regiões do país.

A partir da luta dos Guardiões do Bem Viver, muitos desses elementos estão presentes em suas atividades voltadas à defesa do território. Separamos nos próximos tópicos três atividades realizadas, sendo elas: as campanhas de conscientização nas comunidades sobre os perigos dos grandes projetos espaciais; as formações em direitos territoriais como uma maneira de atrair mais jovens do assentamento para somar na luta do coletivo; e as trocas de experiências com outras lutas que acontecem no Brasil. Neste sentido, demonstraremos como essas práticas espaciais têm expressado ganhos de autonomia, enfatizado suas simbologias e a criação de redes espaciais por meio da partilha de saberes e vivências com outros coletivos e movimentos sociais.

3.3 CAMPANHAS REALIZADAS NO ASSENTAMENTO

Dentro do assentamento, o coletivo atua de diversas maneiras para instruir os moradores por meio das denúncias, processos de formações, palestras nas escolas, entre outras atividades. Uma das principais formas de conscientização dos moradores do assentamento ocorre por meio das campanhas feitas pelas ONGs e pela FEAGLE, mas falaremos, principalmente, das ações realizadas pelos Guardiões. Ressalto que todas as campanhas são realizadas e divulgadas em conjunto, tornando assim sua divulgação mais ampla dentro das comunidades e possibilitando a participação de pessoas de fora do coletivo.

Em novembro de 2021, foram realizados processos de formação em direitos territoriais com o foco em recrutar jovens das comunidades do PAE para se inserirem na futura campanha “Não Abra Mão Da Sua Terra”, que ocorreu em fevereiro de 2022. Essa atividade contou com a atuação de 15 jovens em mais de 12 comunidades, atingindo 500 famílias. Tinha como objetivo abordar temas sobre as relações existentes com a mãe terra,

sobretudo, a experiência mútua de viver em harmonia com a natureza e como a vida nos moldes da produção extrativista evidencia essa partilha de produzir preservando a floresta.

Algo muito importante dessa campanha foram os alertas sobre os grandes projetos espaciais que ameaçam o assentamento e põem em xeque as relações simbólicas e do autoconsumo dos moradores. Sobretudo, foi enfatizada a importância do CCDRU, as dúvidas que os moradores tinham sobre o CAR e como funcionaria a regularização fundiária do PAE LAGO GRANDE. Anteriormente a esse evento, houve outra campanha em que a Tapajós de Fato¹², em parceria com a aceleradora Iara, o Coletivo Guardiões do Bem Viver, a FEAGLE, o Grupo Mãe Terra, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR) e a Fase Amazônia, lançaram a campanha “PAE LAGO GRANDE território livre de Mineração”. O objetivo era construir um diálogo com as comunidades sobre a importância das riquezas naturais presentes no PAE e como ela impacta na agricultura familiar, no extrativismo e no turismo de base comunitária, que são atividades que geram renda para o autoconsumo de muitas famílias.

Em 2023, a atuação dos Guardiões se manteve mais intensa com debates e campanhas para a promoção da II Romaria do Bem Viver, a qual teve por tema “água é bem comum”. Sobretudo, antes da romaria, o coletivo realizou a campanha “Justiça Climática pelo Bem Viver”, buscando envolver as escolas nas discussões sobre esse tema em uma construção de diálogos com alunos do ensino fundamental e médio sobre a crise climática e justiça climática, refletindo sobre o Bem Viver como uma alternativa na luta por justiça e redução de impactos no assentamento.

É importante destacar que uma das campanhas mais trabalhadas em 2023, contando com processos de formação voltados a essa temática, é a campanha “Arapiuns, Rio de direitos”, na qual houve vários debates sobre sua importância para todo o PAE Lago Grande, sendo fonte de autoconsumo para a pesca e o turismo. Além disso, o rio tem sido afetado, principalmente, pelas atividades das madeireiras, pois, segundo os moradores, além do desmatamento em pontos centrais, como as nascentes, muitos restos de madeiras têm sido descartados no rio.

Essa campanha pelos direitos do rio Arapiuns também teve como inspiração a conquista do rio Laje, de Guajará-Mirim (RO), chamado pelos indígenas de Komi-Memen, que desemboca no Rio Madeira e alimenta o rio Amazonas. Uma das

¹² Veículo de Comunicação Popular, Alternativo e Independente com atuação na região Oeste do Pará.

características dessa conquista é o direito de nutrir e ser nutrido estabelecido por lei, além da permissão somente para práticas humanas que respeitam o equilíbrio ecológico.

O Rio Arapiuns, com toda a importância mencionada, possui outro aspecto que torna possível o objetivo de possuir os direitos: ele está predominantemente dentro do limite municipal de Santarém, sendo um afluente do rio Tapajós. Finalizando o ano de 2023 com a campanha “Aliança das Amazôniaas no PAE Lago Grande”, os Guardiões do Bem Viver formam uma aliança com ativistas e grupos que atuam no assentamento para reforçar a importância da união dos povos existentes nas comunidades.

3.4 TROCAS DE EXPERIÊNCIAS (2021-2023)

Além das campanhas, outras práticas espaciais são indispensáveis para o coletivo, como as trocas de experiências com outras lutas sociais que ocorrem no Brasil. É comum alguns membros serem convidados para participar de eventos e formações de outros movimentos sociais dentro e fora do país. O intuito das trocas de experiências tem sido o fortalecimento das lutas, não só através das parcerias entre os movimentos sociais, mas também a troca de conhecimentos e estratégias. Todo esse conjunto de informações é compartilhado com os membros do coletivo que não puderam ir.

Podemos destacar algumas dessas atividades, como a ocorrida em 2021, quando, nos dias 15 a 22 de dezembro, o coletivo enviou um guardião para participar da semana Chico Mendes, evento que ocorreu em Xapuri – Acre, com a temática “terra, territórios e mudanças climáticas”. Outro momento ocorreu em 2022, quando o coletivo realizou uma troca de experiências com a juventude do bairro Maicá, em Santarém, através de um passeio de barco nos principais lugares que estão sendo afetados pela instalação do porto da EMBRAPA. Esse encontro foi proporcionado pelo movimento Telas em Movimento e Fase Amazônia, que atuam com a educação popular nos territórios.

A convite do coletivo Jovem Tapajônico, dois guardiões foram a São Paulo, em maio de 2022, compartilhar como têm sido suas lutas e ações em defesa do território e do Bem Viver. Além disso, eles abordaram a importância do projeto realizado para tirar o título de eleitor no assentamento, sendo esse um incentivo para a participação da juventude do PAE Lago Grande nas eleições. Em maio do mesmo ano, ocorreu o Encontro Regional de Comunidades Populares do Baixo Amazonas e Tapajós. Esse encontro trabalhou pautas sobre a importância das ferramentas de comunicação para a articulação dos povos da floresta e da r-existência através das narrativas. Portanto, foi um

momento de partilhar as vivências entre os grupos que se dedicam em mostrar as faces existentes nos territórios, por exemplo, os desmatamentos e as ameaças.

Em setembro de 2022, os Guardiões do Bem Viver, movimentos sociais da região metropolitana de Santarém e articulações nacionais de agroecologia reuniram-se com os candidatos a pleitos nas eleições que ocorreram pelos cargos referentes ao estado do Pará, protagonizando um debate sobre a importância da agroecologia. Em Belém-PA, ocorreu, nos dias 20 e 21, um evento chamado Guardiões do Clima. O encontro, promovido pela UNICEF em parceria com o instituto Peabiru, teve como objetivo dialogar com adolescentes e jovens, moradores de comunidades tradicionais que estão atuando no enfrentamento às mudanças climáticas. Os Guardiões enviaram um representante para discutir sobre as soluções para a crise climática no mundo e nos territórios amazônicos.

A atuação dos Guardiões do Bem Viver teceu redes políticas multiescalares, com viagens para o Equador e estados do Brasil, como Maranhão e Santa Catarina. Além disso, promovem o debate sobre o Bem Viver através de encontros presenciais e virtuais com os povos amazônicos que estão localizados no Oeste do Pará, que se identificam com a luta e re-existem ante o processo desenvolvimentista. Vale ressaltar que os Guardiões possuem relações com organizações não governamentais como o Greenpeace e o Artigo 19, que fortalecem a luta através de reuniões, divulgações, entre outras formas de apoio.

Figura 3. Marcha de abertura do X Fórum Social Pan-Amazônico (Fospa) em Belém (PA)



Fonte: Fospa Belém (2022); elaborado por Michele Jaques.

O uso de estratégias escalares tem sido uma forma de ganharem força e alcançarem níveis mais elevados de engajamento com outras escalas, através de participação em eventos diversos no país e afora voltados à defesa do território, reuniões e rodas de conversas pelas plataformas digitais, trazendo a público seus conhecimentos, modo de vida e sua importância e, assim, elevando sua luta do local para o nacional, internacional e escala global.

O ano de 2023 iniciou-se com a participação do coletivo no primeiro módulo do curso “Água bem comum livre de mineração”, que ocorreu no município de Barcarena (PA). Além disso, nos dias 22 a 25 de março, foi realizado em Santarém um encontro paraense de agroecologia que contou com a participação de aproximadamente 200 pessoas, entre elas o coletivo dos Guardiões do Bem Viver, outras lideranças que estão presentes dentro do PAE Lago Grande e lideranças da região.

Nos dias 4 e 6 de julho, dois guardiões foram participar da formação em direitos territoriais e comunicação popular na Amazônia, que ocorreu na ilha do Capim, em Abaetetuba-Pará. Posteriormente, em agosto, foi enviado um representante do coletivo para participar do evento Diálogos Amazônicos, nos dias 4 e 6 de agosto, na capital Belém. Um guardião participou do tema "Sistemas alimentares, soluções regionais para um futuro sustentável", no qual apresentou o tema "Juventude e produção agroecológica". Nos dias 23 e 24 de setembro, o coletivo participou do segundo festival Piracaião, organizado pelo coletivo Jovem Tapajônico, na aldeia Suruacá. Por fim, nos dias 21 a 25, os Guardiões participaram da terceira edição da aceleradora Iara, em Belém-PA.

3.5 FORMAÇÕES EM DIREITOS TERRITORIAIS

Os processos de formação, assim como outros cursos, iniciaram em julho de 2022, com o tema “Direitos territoriais e resistência”. Esse processo ocorreu na sede da federação, localizada na comunidade de Muruí, e foi protagonizado pelos Guardiões do Bem Viver, reunindo mais de 45 jovens das 3 regiões que formam o território do PAE Lago Grande: Arapiuns, Arapixuna e Lago Grande. As atividades duraram 5 dias, e o coletivo debateu temas como identidade, a cabanagem, Bem Viver, capitalismo, corpo, território e o protocolo de consulta livre, prévia e informada.

Além das formações em direitos territoriais, também foram realizadas parcerias com a ANA Amazônia (Articulação Nacional de Agroecologia), que trabalhou no projeto "Juventudes no Levante Popular da Amazônia". Este projeto ocorreu ao longo do ano de

2022, sendo uma das primeiras paradas no PAE, onde se iniciou o processo de formação “Audiovisual na rede: mobilização, resistência e cultura”.

Em abril de 2023, houve o curso de capacitação sobre o melhoramento da produção da farinha e seus derivados. Esta ação foi realizada pela Fase em parceria com a FEAGLE e o STTR Santarém, através do projeto Amazônia Agroecológica, que foi financiado pelo Fundo Amazônia. O intuito desse projeto era abordar conteúdos que envolvem a produção de farinha, por exemplo: o processamento da mandioca, a infraestrutura das casas de farinha, a qualidade da raiz da mandioca para o processamento, os tipos de beneficiamento da mandioca e o armazenamento de produtos beneficiados nas casas de farinha.

No mês de maio, os Guardiões participaram do curso de gestão e sustentabilidade do projeto “Mulheres empreendedoras da floresta”, realizado pelo PSA, juntamente com o STTR. Nos dias 28 a 30 de julho, houve a segunda formação do projeto de extensão para o monitoramento dos problemas socioambientais, que contou com a participação de mais de 60 pessoas na comunidade de Boa-Fé - PAE Lago Grande, onde debateram sobre justiça climática e práticas para minimizar os impactos no assentamento. O projeto de extensão é desenvolvido pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade de Brasília (UNB), Fundação Getúlio Vargas (FGV), ICT Odisseia e Sapopema em parceria com o coletivo Guardiões do Bem Viver.

Nos dias 29 de setembro a 01 de outubro, foi realizada a formação com o tema “Identidade, território e a defesa dos bens comuns”; tendo como base esse tema, foi contextualizada a construção da II Romaria do Bem Viver. Vale ressaltar que todos os projetos de formação realizados em 2023 tinham por objetivo mobilizar a juventude do PAE Lago Grande para aderir à romaria e, posteriormente, tornar-se parte do coletivo.

3.6 MINHA IDA A VILA BRASIL

Nesse tópico, abordaremos as impressões de campo realizadas nos dias 07 a 10 de julho de 2023, em um encontro ocorrido na comunidade de Vila Brasil. Esse foi um momento muito importante para a pesquisa, pois foi a minha primeira visita ao assentamento, por meio de um convite realizado pelos membros do coletivo. Como já mencionado, os Guardiões atuam de diferentes maneiras em defesa do território no PAE Lago Grande, como as campanhas, formações dentro e fora do assentamento, e sua construção de relações com outras lutas e movimentos têm fortalecido e trazido visibilidade à causa. Meu intuito foi conhecer um pouco mais sobre como ocorre o processo de formação de novos membros para o coletivo e sua organização com a PJ nas

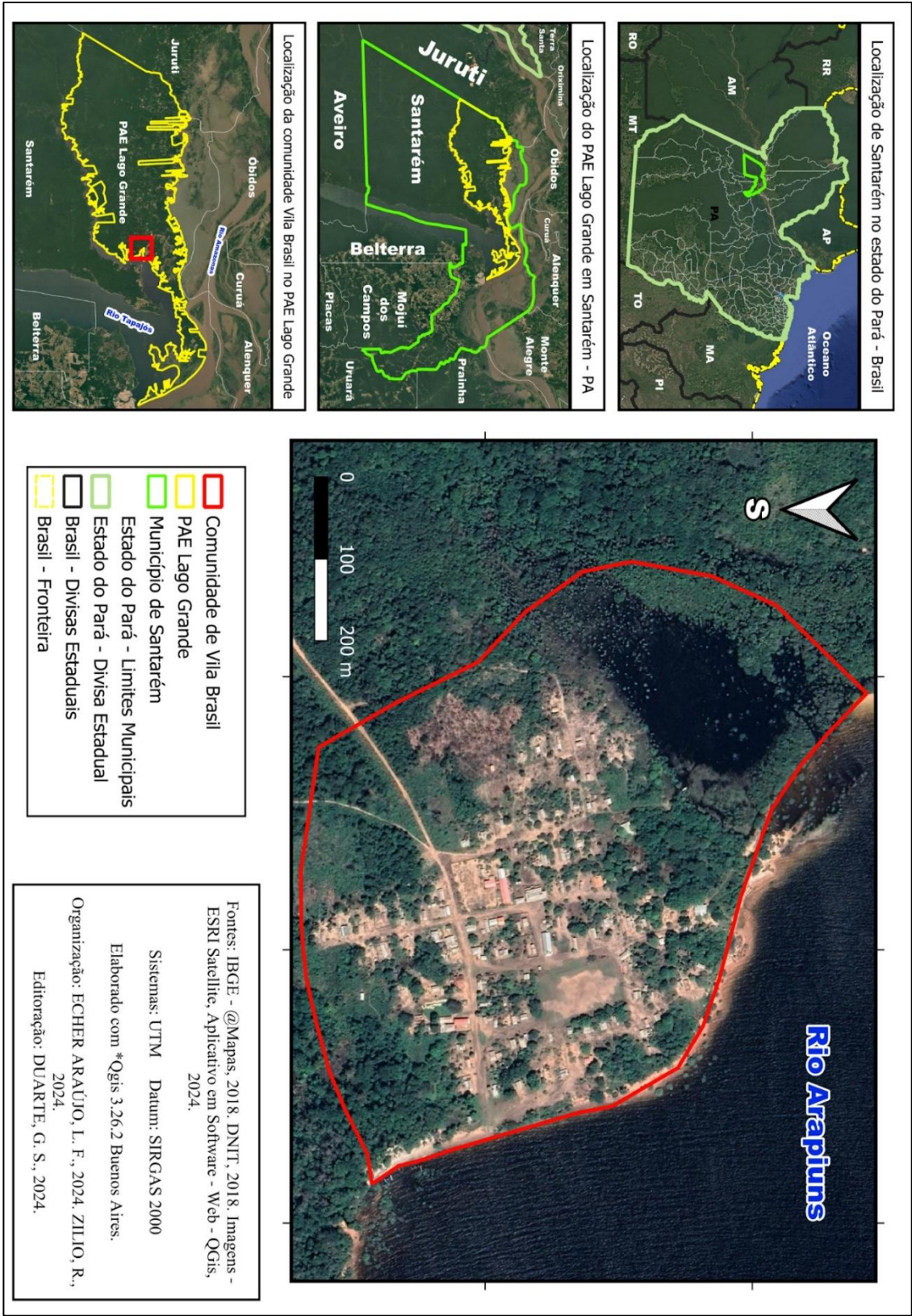
discussões deste evento chamado “Encontro das Juventudes”, que teve como tema “Juventude Amazônida arma sua tenda para encarnar-se na realidade”.

No dia 07 de julho, por volta das 10 horas da manhã, saí da área urbana de Santarém através do barco Baltimar em sentido à comunidade Vila Brasil, uma das 155 comunidades do PAE Lago Grande. Durante o trajeto, tive a oportunidade de observar as paisagens, como o encontro das águas dos rios Tapajós e Amazonas, a flora muito presente, além da simplicidade das pessoas que estavam no barco; alguns deitados nas redes, outros sentados em uma longa cadeira, sempre bem animados. Os mais velhos viviam rindo e contando suas histórias.

No meio do trajeto, por volta das 13 horas, tive que trocar de barco, pois o segundo, chamado Benjamin Filho, iria para a Vila Brasil, enquanto o Baltimar seguiria para outras comunidades. Um barco encostou no outro, e eu e outras pessoas mudamos de embarcação. Minha chegada à Vila Brasil ocorreu às 15h30. Vale ressaltar que a minha viagem foi realizada com um dos membros dos Guardiões, que me convidou para esse evento, juntamente com mais três pesquisadores.

Assim que chegamos, fomos bem recebidos com muita alegria; nos abraçaram e me apresentei a algumas pessoas do coletivo que estavam nos aguardando. Foi uma excelente recepção: mesmo sem nos conhecerem, eles já haviam separado um lugar muito aconchegante para dormir. Ficamos hospedados (os pesquisadores) na casa de uma moradora que nos recebeu com muita alegria e sempre atenciosa com o nosso bem-estar. Também nos foi apresentado o local onde faríamos as refeições e reuniões à noite. Fomos um dos primeiros a chegar; os jovens de outras comunidades estavam a caminho e chegaram à noite. Durante a espera, andei pela comunidade e pude observar que havia duas igrejas, uma evangélica e uma católica, um campo de futebol muito utilizado para o lazer dos moradores, uma escola e uma pequena construção que estava sendo reformada: era a rádio local da comunidade. Lá não havia sinal de operadora telefônica, mas havia torres de provedores de internet; inclusive a casa onde fazíamos as refeições tinha Wi-Fi e o sinal nos foi disponibilizado.

Mapa 6. Comunidade Vila Brasil



Fonte: IBGE (2018), elaborado por Duarte 2024

O mapa acima demonstra a dimensão da comunidade Vila Brasil, onde realizei os registros das atividades desenvolvidas pelo coletivo e pude conhecer um pouco mais sobre como as pessoas da comunidade vivem. No fim da tarde, às 18 horas, chegaram entre 20 e 30 jovens das comunidades do PAE Lago Grande para esse evento, que ficaram acomodados na área da casa onde eram servidas as refeições. Às 19h30, fomos para o culto na igreja católica, onde o padre X (por motivos de segurança, não mencionarei os nomes) conversou com os moradores presentes e convidou quem desejasse participar do evento, dizendo que seria bem-vindo. Fomos também apresentados na frente da igreja; falamos nossos nomes, onde moramos e quem somos. Às 20h50, foi servido o jantar (frango, arroz, feijão e farinha) com suco de laranja.

Mosaico de Fotos 1: A) Espaço para refeições, reuniões iniciais e alojamento de alguns jovens; B) Recepção em Vila Brasil; C) A escola da comunidade; D) O campo de futebol, a rádio local, a igreja e área para eventos.



Fonte: Autoral, trabalho de campo em Vila Brasil, 2023.

Antes de irmos para a casa em que estávamos hospedados, fizemos uma roda de conversa; cada um se apresentou falando de qual comunidade ou lugar era e quais as expectativas para o evento. Além disso, alguns Guardiões falaram sobre a importância do protagonismo da juventude em defesa do PAE Lago Grande, dos desafios, como a presença da mineração e das madeireiras, e o quão importante esse evento era para a

formação de novos jovens que iriam somar à luta em defesa do território. Após a roda de conversa, fomos para a casa da moradora da comunidade que ficou responsável por nos alojar. Quando me deitei em minha rede, fiquei pensando sobre o que aconteceu durante a viagem e, principalmente, a influência que a Igreja Católica tinha na região e no coletivo, se isso era bom ou ruim, pois muitos jovens pertenciam ou eram ex-integrantes da PJ. São coisas que só pude entender nos dias seguintes.

Na manhã do dia 8, às 8 horas, iniciou-se a reunião de formação com a atividade mística. Depois, deslocamo-nos para a praia de Vila Brasil, formada pelo Rio Arapiuns, que ficava a poucos metros de onde estávamos alojados. Um membro da Pastoral da Juventude, juntamente com alguns Guardiões, fez uma introdução sobre a importância do Rio Arapiuns e como todo o território está na mira dos projetos de desenvolvimento, como a mineração, a soja e as madeiras. Em seguida, foi-nos pedido que tocássemos na areia da praia e lavássemos as mãos na água, e foi dito: “Deus está no rio, na água e na terra”, como uma mensagem de inspiração para que os jovens entendessem que todos esses elementos estavam sendo ameaçados e que eram importantes. Não sou religioso. Enquanto aquela mensagem era ministrada, só conseguia me perguntar: afinal, desenvolvimento para quem? Qual o custo? Essas eram as perguntas que ficavam comigo desde a viagem de barco. Após isso, fomos para um espaço da igreja católica onde havia um pequeno palco e cadeiras.

Após a mística, às 9 horas, iniciou a reunião. O tema era identidade e tinha por título “Quem sou?”. Foi ministrado por uma Guardiã que falava sobre a difícil tarefa de manter-se firme em meio a tantas pressões de quem luta contra o território e questiona sua identidade indígena. Em outras palavras, a sua identidade é uma forma de resistência que muitas vezes é combatida com o uso da discriminação por parte daqueles que estão ao lado dos grandes projetos espaciais, sendo esse um ponto muito utilizado para deslegitimar a luta. Essa não é a primeira vez que ouço isso. Em 2019, iniciei uma pesquisa com os moradores da TI Munduruku Planalto, que estavam lutando contra o avanço da soja em seu território. Sobretudo, uma das estratégias mais utilizadas pelos fazendeiros foi o uso de comentários racistas com o intuito de negar aos indígenas sua própria identidade. Um exemplo ocorreu em uma reunião organizada pelo MPF, na qual alguns representantes do sindicato dos “sojeiros” disseram aos indígenas Munduruku Planalto: ‘você não são índios, você são cearenses e somos todos brasileiros’ – além de crime, uma tentativa de deslegitimar a luta deles. Neste momento, enfatizou-se a ideia de que a luta identitária era uma forma de resistência diante da expansão capitalista no

assentamento, pois essa identidade é construída dentro dos territórios e não cabe às lógicas de mercantilização da natureza defini-la.

O segundo tema foi o território, cujo título era “Onde estou?”. Um membro dos Guardiões abordou a importância do PAE Lago Grande para as comunidades, destacando seu contexto histórico, relacionado a um dos últimos focos da Cabanagem no Baixo Amazonas (Praia de Cuipiranga). Dentro das 155 comunidades, muitos sujeitos se reconhecem como descendentes de cabanos, subsistem da agricultura familiar e têm seus modos de vida em harmonia com a natureza. E isso era motivo de muito orgulho. O assentamento, além de prover o sustento, possui muitas belezas naturais, sendo importante para a espiritualidade dos povos presentes nele, ou seja, a dimensão simbólica do território. Com base nisso, foi explicada uma das frases dos Guardiões: “Eu não estou no território, eu sou o território”, pois, dentro dessa perspectiva, é impensável imaginar o território sem as pessoas, sem todas as relações existentes no PAE.

Através desses dois temas, os jovens foram divididos em grupos, e cada grupo recebeu materiais como cartolinas, pincéis e lápis de cor. A atividade consistia em cada grupo desenhar uma área da PAE Lago Grande com a qual tinham relação.

Mosaico de Fotos 2: atividade de cartografia social no PAE Lago Grande



Fonte: Autoral, trabalho de campo, 2023.

Cada apresentação demonstrou a realidade de sua região, conforme sua biodiversidade. Além disso, a espacialidade (sendo simbolizados os principais locais onde ocorrem suas relações socioespaciais com a natureza) evidenciou a grande importância do rio na vida desses sujeitos. O rio é muito utilizado para a pesca como atividade de autoconsumo e transporte, pois o acesso a muitas comunidades é facilitado por ele. Entretanto, o lazer chamou minha atenção, pois, segundo relatos, é possível perceber uma memória afetiva muito persistente nesses momentos, já que neles se constroem relações com as outras pessoas.

Esse primeiro processo de formação dos Guardiões tinha por tema central “Identidade e Território”, que foi discutido em quatro momentos: 1º) Identidade – quem sou? 2º) Território - Onde estou? 3º) Ecologia; 4º) Evangelização Libertadora. Após as apresentações, outro fator abordado foi a ausência de políticas públicas dentro do PAE. Mencionou-se a vulnerabilidade que as comunidades têm devido à ausência do título coletivo da terra, mas, apesar disso, elas têm resistido às tentativas da mineração de cooptar lideranças por meio de projetos ligados à pesca, à granja, entre outros. Com base nisso, foi realizada uma dinâmica com os jovens, na qual foi proposta uma peça de teatro explicando como a mineração e a madeireira chegam ao território e como o Bem Viver supera essas adversidades.

Foi um momento muito interessante, pois cada um contou, por meio do teatro, como os grandes projetos espaciais tentavam chegar às lideranças das comunidades e as promessas que eram feitas aos moradores. Em contrapartida, o Bem Viver foi utilizado como uma resposta a essa tentativa de cooptação, abordando, sobretudo, a importância da natureza para a comunidade. Mas, o que é esse Bem Viver? São as relações com a natureza, o modo de vida em que bisavós, avós e pais transmitiram de geração em geração, e que, no momento atual, encontra-se ameaçado. O território aqui é entendido muito além do seu sentido de autoconsumo; ele tem caráter simbólico e vivo, seria uma relação de partilha com a natureza.

Após a dinâmica, fomos liberados para o almoço e descanso. Às 14h40, iniciou a terceira palestra, cujo tema era Ecologia, ministrada pelo padre X da PJ, realizada às margens do rio Arapiuns. A roda de conversa abordou a ecologia como uma parte integral da criação (divina, Deus), da qual deveríamos cuidar. A religiosidade no movimento é bem presente, um sincretismo entre os valores da PJ, juntamente com a visão do coletivo sobre o Bem Viver e os seres encantados. Vale ressaltar que muitos jovens do coletivo são cristãos, tanto da Igreja Católica quanto evangélicos.

Foi explicado que a ecologia é um sistema vivo e interligado a fenômenos químicos, físicos e biológicos. Além disso, a ecologia é fundamental para refletirmos sobre questões sociais, ambientais e econômicas. Já a valorização do indivíduo é no sentido de que todos importam para o Bem Viver, sendo necessário mudar a mentalidade capitalista para uma postura mais harmônica com a natureza.

Após essa roda de conversa, fomos liberados para aproveitar a praia de Vila Brasil, em um momento de lazer e interação com os membros do coletivo e da PJ. Durante a noite, jantamos e formamos uma roda de conversa para nos conhecer melhor. Depois, fomos dormir.

No domingo, dia 09, às 8 horas, iniciou-se o último dia de treinamento com o tema “Evangelificação Libertadora”. O tema foi ministrado por outro membro da PJ. Foram trabalhadas questões sobre a necessidade de os jovens terem cuidado para não se prenderem a uma ideologia ou algo, mas que sempre buscassem estar abertos para o diálogo. Enfatizou-se também que o trabalho da PJ era evangelizar por meio dos princípios dos quatro evangelhos: Mateus, Marcos, Lucas e João. Sobre tudo, a Pastoral da Juventude era cristocêntrica e Mariana (acolhe e vive junto). Reafirmaram a aliança feita com o anel de coco, que simboliza para eles a união da luta das minorias, sejam elas indígenas, quilombolas, camponesas, ribeirinhas e LGBT.

Por fim, abordaram que o cuidado com o próximo é o cuidado com o planeta, e que a igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia, pois Cristo aponta para a Amazônia. Após trabalharem esse tema, entregaram-nos em uma folha A4 um modelo de projeto de lei que visava transformar o Rio Arapiuns em um sujeito de direitos, e convidaram-nos para participar da II Romaria do Bem Viver, que estava sendo planejada desde janeiro, com realização prevista para os dias 18 e 19 de novembro de 2023.

A II Romaria teve como proposta uma reflexão sobre a importância dos rios, principalmente os desafios encontrados na defesa do Rio Arapiuns, que tem sido ameaçado pela expansão das madeiras. O tema desta romaria foi “Água é bem comum”, tendo como objetivo geral a defesa dos direitos socioterritoriais dos povos originários e tradicionais, visando garantir a proteção das águas, da sociobiodiversidade e dos bens comuns.

Após as discussões sobre esses quatro temas, organizamos uma noite cultural à beira da praia de Vila Brasil. Foi uma noite de muita comunhão, música regional, comidas, bebidas e danças. Foi um sentimento muito gratificante, cheio de expectativas

em relação à romaria. Neste momento de celebração, reafirmamos nosso compromisso de lutar juntos em defesa do PAE Lago Grande.

Figura 4. Último dia de discussões e noite cultural



Fonte: Autoral, 2023.

Após esses três dias de muito aprendizado e partilha, retornei no dia 10 (segunda-feira) às 8 horas, através do barco Benjamim Filho, e cheguei à orla de Santarém às 12 horas. Posteriormente a esse processo de formação, houve outro no final de julho. Infelizmente, não pude comparecer, pois estava retornando a Dourados para iniciar o novo semestre do mestrado.

3.6.1 A II ROMARIA DO BEM VIVER E OS DIREITOS DA NATUREZA

A II Romaria do Bem Viver, realizada nos dias 18 e 19 de novembro de 2023, caracteriza-se como um ato em defesa do Rio Arapiuns e dos direitos dos povos que vivem no território do PAE Lago Grande. Protagonizada pelos Guardiões do Bem Viver, a romaria também contou com o apoio de outras organizações, como a Pastoral da Juventude (PJ), Projeto Saúde e Alegria (PSA) e associações locais, como a FEAGLE e o STTR. Nesse caso, o Rio Arapiuns tornou-se pauta principal, através da campanha "Arapiuns, Rio de Direitos", sendo uma proposta de transformá-lo em um sujeito de

direitos. Essa perspectiva converge com os debates atuais sobre os "direitos da natureza", especialmente na visão do Bem Viver.

As romarias realizadas em 2019 e 2023 trazem o Bem Viver como conceito-chave para além do questionamento aos discursos e práticas desenvolvimentistas que o município de Santarém tem implementado. Propõe-se uma alternativa a essa visão, que desconsidera o envolvimento dos sujeitos, ou seja, a ontologia dualista que mercantiliza a natureza e "apaga" a autonomia das comunidades em seus territórios. O Bem Viver surge como uma alternativa ao desenvolvimento; não se trata de outro modelo de desenvolvimento, mas de uma forma diferente de se relacionar com a natureza.

A II Romaria do Bem Viver é a junção dos dois territórios PAE Lago Grande e Resex Tapajós Arapiuns. Também é um chamado urgente que ecoa no fundo de nossa alma e também as nossas vozes pela defesa do nosso rio. Nós não podemos mais permitir que a nossa vegetação verde, nossa floresta já devastada seja destruída por terceiros. A defesa do nosso Rio Arapiuns é extremamente importante para a população, não só de quem vive na região, pois o Rio Arapiuns é afluente de outros rios. Então, não importa de que lado você esteja do rio, por que você faz parte desse ecossistema precioso. Guardiões do Bem Viver (2023).

Segundo Acosta (2010), devemos reconhecer que o desenvolvimento e o progresso convencionais nos levarão a um caminho sem saída, pois têm colocado em risco a vida de humanos e não humanos. Portanto, é necessário conceder direitos à Natureza, transformando-a de objeto instrumental a sujeito, a fim de combater o olhar antropocêntrico que insiste em afirmar que os valores intrínsecos pertencem apenas aos seres humanos. Na análise de Gudynas (2014) sobre a constituição equatoriana, o autor enxerga que, ao transformar a Natureza em sujeito de direitos, possuidora de valores intrínsecos — ou seja, independentes dos valores atribuídos pelos seres humanos —, rompe-se com a visão de que a natureza serviria apenas para atender às necessidades humanas, como um valor de uso ou de troca.

A campanha "Arapiuns, Rio de Direitos" foi construída por meio das atividades realizadas pelo coletivo ao longo do ano de 2023, como campanhas, processos de formação em direitos territoriais e trocas de experiências com outros movimentos, que fortaleceram esse debate e trouxeram uma maior visibilidade ao Rio Arapiuns. Além disso, os Guardiões apresentaram a minuta do projeto de lei aos vereadores Carlos Martins e Júnior Tapajós, que se comprometeram a defender essa proposta na Câmara

Municipal de Santarém.

Figura 5. IIª Romaria do Bem Viver



Fonte: Tapajós de Fato, por Damilly Yared 2023.

Juntamente com as discussões e reivindicações propostas pela II Romaria do Bem Viver, ocorreu o Festival Saga do Rio durante o evento, com danças, músicas e poesias, que são maneiras de evidenciar as r-existências existentes no PAE Lago Grande, exaltando a sua cultura e reforçando a conexão das comunidades com o território, enfatizando a importância das águas, da floresta e da identidade ante os grandes projetos espaciais.

Portanto, através do empenho dos Guardiões do Bem Viver e do auxílio de organizações parceiras e associações locais, a romaria tornou-se um ato em defesa do território do PAE Lago Grande, que vai muito além de uma caminhada; ela simboliza uma mudança que transcende o antropocentrismo, propondo uma outra relação entre sociedade e natureza, visando direitos para ambos. Trata-se de um ato que, embora local, contribui para outras lutas que ocorrem não só na Amazônia, mas em escala global, demonstrando como o Bem Viver é importante para essas pessoas, como uma prática política e jurídica, que nos convida a lutar juntos por uma outra relação com a natureza, por uma ontologia relacional.

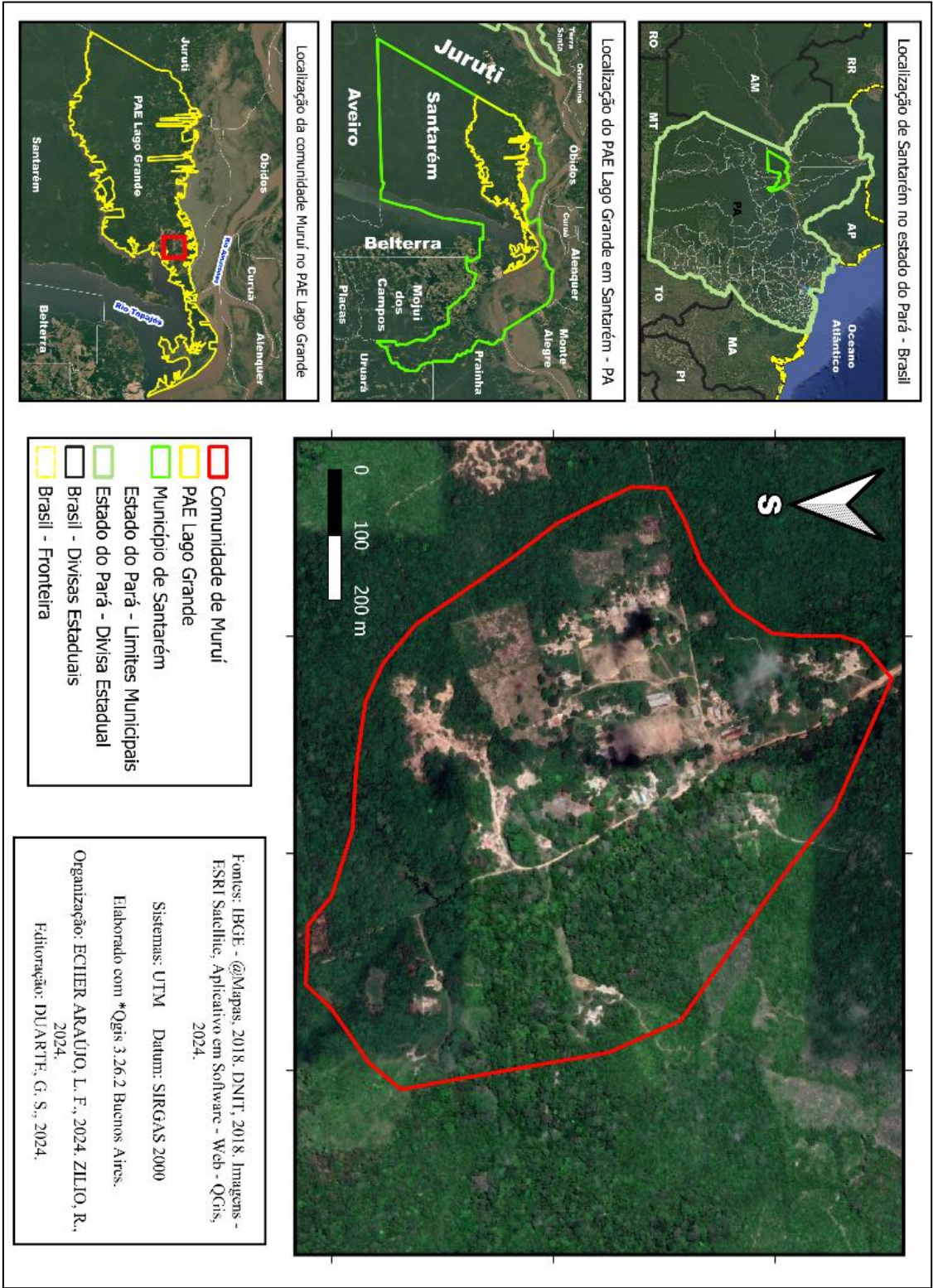
3.7 RELATO DE CAMPO EM MURUÍ: PLANEJAMENTOS E PROJETOS PARA 2024

Este é um relato sobre o trabalho de campo realizado de 15 a 17 de março de 2024. Fui convidado pelo coletivo para participar da reunião de planejamento anual de 2024. O campo teve início às 14 horas no hidroviário Erlonave, localizado na orla de Santarém-PA. Estava acompanhado por três Guardiões que residem na área urbana para manter os estudos, porém, toda semana retornam para o PAE. Fomos de lancha de Santarém a Aninduba, e enquanto a lancha não partia, transitavam em seu interior vendedores ambulantes carregando pequenas caixas de isopor, que vendiam chopão (conhecido em outros lugares do Brasil como geladinho), maçãs, água, bananas fritas, refrigerantes e pão.

As pessoas a bordo, em sua maioria, vestiam roupas simples e, devido ao barulho emitido pela lancha, pouco falavam; estavam apenas observando a paisagem do Rio Tapajós através da janela. Alguns minutos após a partida, a tripulação serviu refrigerante com salgados a todos a bordo. Inicialmente, o nosso trajeto seguiu pelo Rio Tapajós até que chegamos à região de Arapixuna e atravessamos para o rio Amazonas. A multiplicidade de pessoas na lancha me fez lembrar do livro *Amazônia, a Amazônia*, onde Porto-Gonçalves discute a existência de múltiplas Amazônias. Se fizéssemos um recorte das pessoas presentes naquela lancha, incluiríamos indígenas, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, entre outros. Estávamos indo para a comunidade Muruí, onde ocorreria a reunião de planejamento anual dos Guardiões do Bem Viver. Às 16h30, chegamos ao Porto de Aninduba, de onde seguimos de ônibus pela PA-257¹³ por mais duas horas em direção à comunidade Muruí, na sede da FEAGLE, no PAE Lago Grande. A estrada era de barro; com o período de chuva, muitos buracos se formaram, o que tornou a viagem um pouco mais demorada.

¹³ Essa estrada de barro que liga Santarém ao município de Juruti-PA.

Mapa 7. Comunidade de Muruí



Fonte: Google Earth (2024), elaborado por Duarte, 2024.

A comunidade de Muruí, como podemos observar no mapa, possui uma distribuição das casas de maneira mais distante, diferente de Vila Brasil, que possui uma organização mais parecida com quarteirões, onde as casas são próximas. Entretanto, Muruí tem um grande destaque por ser o local onde as reuniões das federações do PAE e os eventos culturais ocorrem, tendo esse papel fundamental na organização do território.

Chegamos à noite, por volta das 19 horas, e atamos nossas redes no espaço da sede. Já havia alguns jovens à nossa espera, e ainda havia outros que estavam chegando de carro e moto de outras comunidades, como, por exemplo, Vila Brasil e Cobra Grande. Nesse primeiro dia, devido ao cansaço da viagem, apenas nos organizamos com as redes e o jantar e, como era noite, ficamos inviabilizados para realizar alguma atividade, pois havia racionamento de energia elétrica na comunidade (7h às 20h). Entretanto, uma pequena parcela ficou na organização de cartazes e dialogando sobre a mensagem que seria apresentada no dia seguinte (16). Posteriormente, fomos descansar.

No sábado (16), o evento de planejamento iniciou-se com uma mística, na qual se abordaram temas como território, agroecologia, juventude e resistência. No primeiro momento, cada um falou sobre alguma atividade do coletivo que foi importante em sua vida. Eles mencionaram a I e II Romaria do Bem Viver, a campanha Não Renuncie À Sua Terra, a audiência pública de 2022, o Rabetaço e a formação em direitos territoriais.

Em seguida, tiramos um tempo de reflexão ao som da música “Ya Nerendawa-Boto Tucuxi”, de Beto Baniwa e Luiz Alberto. Esta música é um canto de resistência indígena muito utilizado no festival dos botos em Alter-do-Chão, o qual celebra os mitos ancestrais, a consciência ambiental e a herança cultural. Um trecho que nos chamou atenção¹⁴ foi:

“Esse é o nosso lugar, (2x)
Aqui é o nosso lugar,
vamos lutar pelo nosso lugar, meu irmão.
Aqui nós vamos ficar,
Meus irmãos morreram,
Colocaram sangue nessa terra,
Quando nós lembramos,
Corta o nosso coração
Ya Nerendawa”

¹⁴ Esse sentimento de pertencimento a um lugar é muito forte nas comunidades e faz parte da identidade das pessoas que moram no PAE. Está muito presente também nas outras lutas que existem em Santarém, principalmente entre povos que reivindicam o direito de permanecer no território.

Logo, uma Guardiã pediu para falar sobre a importância da ancestralidade que eles carregam. Ela destacou, sobretudo, que um dos últimos focos da Cabanagem no Baixo Tapajós ocorreu na praia de Cuipiranga – PAE Lago Grande, e que eles são esses novos cabanos.

“Essa música nos lembra como iniciamos, a partir da cabanagem que nos inspirou e lá em Cuipiranga nós falamos ‘nós somos os novos cabanos, e daremos continuidade na luta, assim como eles fizeram’ e temos certeza de que nossos ancestrais cabanos estão conosco e nos protegem.”

No livro *Casas dos Saberes Ancestrais*, Oliveira (2020) chama nossa atenção para como os povos indígenas preservam suas práticas espaciais com base na memória ancestral. Engana-se quem pensa que essa sabedoria antiga esteja presa ao passado, ao conceito ocidental de atraso; sobretudo, são esses saberes que auxiliam esses povos nos desafios da vida, na valorização das e na relação com as outras formas de vida existentes na natureza. Para o filósofo e ambientalista Ailton Krenak (2022), a ancestralidade está relacionada ao respeito e à valorização das práticas e conhecimentos dos antepassados, considerando-os como presentes e influentes na atualidade, manifestando-se nas terras, nos rios e nas tradições dos povos indígenas.

Após esse momento, foi lido o poema “A Fala da Terra”, de Pedro Terra. Este texto aborda a liberdade e a paz da terra como temas de todos que dela necessitam, independentemente do status social. Sobretudo, essa paz e liberdade têm um nome: reforma agária. Adicionalmente, escolheram quatro pessoas para cada uma falar sobre um dos temas principais da mística.

Agroecologia: “É uma atividade de subsistência nossa, que une a agricultura familiar que é uma resistência dos nossos antepassados e que precisamos preservar.

Território: “O território é tudo que está ao nosso redor e que devemos lutar e resistir por isso.

Resistência: “É a força que cada um carrega consigo para lutar por tudo isso.”

Juventude: “Na minha visão, juventude é força, resistência, a juventude somos nós. É uma grande força que se junta e luta pelo que é nosso.”

Bem Viver: “É viver em sociedade, lutando pela nossa casa comum que são os nossos territórios. Então, o Bem Viver é termos nossa floresta em pé, nossos direitos garantidos, para que possamos viver em harmonia com todos.”

A Mística durou das 8h às 9h30, com a participação de 22 jovens, incluindo indígenas, extrativistas, agricultores e outros. A palavra mais dita foi ‘ancestralidade’, em relação à Cabanagem, pois eles se consideram os novos cabanos. Posteriormente, entre as 9h e 10h, houve a apresentação de todos os presentes, na qual, além do nome, diziam as comunidades, regiões e suas expectativas. Quando fiz minha apresentação, expliquei aos presentes minha pesquisa de mestrado e agradeci ao coletivo pela oportunidade.

Mosaico de Fotos 3. A) Vendedores na lancha; B) Ônibus (PA-257); C) A mística; D) Reunião de Planejamento; E) Anel de coco em celebração aos novos Guardiões; F) retorno a Santarém – Barco Jailson Mendes



Fonte: Elaboração autoral (2024).

A reunião de planejamento iniciou-se às 10h, com avisos sobre os horários e a apresentação da família responsável por cuidar da nossa alimentação na sede da FEAGLE. A reunião abordou as responsabilidades das juventudes, destacando que elas não se limitam apenas ao coletivo dos guardiões. Portanto, as demandas em defesa do PAE exigiram uma maior aproximação com os povos indígenas, quilombolas, com jovens

da pastoral da juventude e uma futura conexão mais forte com as regiões de Arapiuns e Arapixuna.

A aproximação entre as regiões é de suma importância para o crescimento do coletivo, pois o seu objetivo é possuir um Guardião em cada uma das 155 comunidades do PAE. Para tornar isso possível, o coletivo tem realizado algumas formações, sendo elas: 1) formação em comunicação sobre política territorial, social, religiosa e espiritual; 2) A formação de articulação com coletivos em rede, para trabalhar com entidades, organizações e movimentos sociais; 3) A formação *advocacy* (incidência política), na qual se trabalharia as incidências políticas, campanhas e articulações de massas; 4) A formação de defesa do território, com o foco no engajamento das juventudes, lutas coletivas, representações territoriais, protagonismo dos jovens e políticas públicas.

A atividade principal do planejamento anual de 2024 ocorreu por meio da criação de 5 grupos entre os jovens presentes, com o objetivo de construir uma ação baseada nas seguintes perguntas: Quando? Onde? Quais os objetivos? Qual comunidade? Quais regiões? Essa atividade durou a manhã e a tarde, pois demandava muitos detalhes em relação à logística e sua aplicabilidade.

As equipes elaboraram cinco atividades para serem desenvolvidas ao longo deste ano, sendo elas:

A) COP do PAE – com o objetivo de discutir propostas para a COP 30 em Belém, abordando os direitos territoriais, mudanças climáticas, evidenciando a importância das mulheres, juventudes, territórios e o Bem Viver no combate às mudanças climáticas. Além disso, realizar uma manifestação em repúdio à expansão dos grandes projetos desenvolvimentistas no assentamento. Essa atividade está prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2025, na comunidade São Jorge.

B) Formação de mulheres e jovens em agroecologia - nos meses de julho, agosto e outubro, em uma comunidade de cada região do PAE, essa atividade abordará temas como artesanato, corte e costura, manipulação de alimentos e crochê; além disso, haverá palestras sobre corpo e território e mudanças climáticas.

C) Formação e comunicação – nos dias 26 a 28 de julho, na comunidade São Jorge ou Coroca, com o objetivo de utilizar a comunicação como ferramenta para ecoar as vozes das juventudes e denunciar as violências dentro do território.

D) Formação em direitos territoriais - Objetivo geral: possibilitar a formação continuada dos guardiões do Bem Viver e o engajamento de novos jovens do PAE Lago Grande, discutindo fatores socioambientais, suas dinâmicas ancestrais, sociais, políticas e econômicas na ampla defesa do território e nas lutas coletivas. **Objetivos específicos:** formar novos Guardiões do Bem Viver, considerando a luta social e coletiva do assentamento, promovendo incidência política na articulação para implementação de políticas públicas; engajar novos jovens nos processos de formação em direitos territoriais de comunidades que não participam das lutas coletivas do território; ampliar a articulação em rede da juventude do território e de outros coletivos, considerando a governança do assentamento em parceria com a FEAGLE; as atividades seriam realizadas em três módulos de formação ao longo do ano, abordando as temáticas identidade, ancestralidade, território, territorialidade e projeto de vida. Isto resultaria na formação de turmas para novas alianças; adicionalmente, seriam criados o seminário e a marcha dos mártires da luta pela Terra e pelo território, além da criação do prêmio Resistência para premiar lideranças e ativistas do território do PAE Lago Grande, em parceria com a FEAGLE. Essas atividades seriam desenvolvidas nos meses de julho e outubro, nas regiões do Arapiuns (Igapó Açú/Camará), Lago Grande (Perés, São Jorge) e Arapixuna (Laranjal, Moacá).

E) Oficina de artesanato – promover renda sustentável para os jovens do assentamento, valorização da cultura e do conhecimento ancestral das comunidades. Ocorreria na comunidade de Vila Brasil, nos dias 28 a 31 de julho ou 25 a 26 de outubro.

Após a apresentação de cada equipe, os participantes deram suas opiniões sobre as atividades; todas foram acolhidas pelos jovens, ocorrendo poucas alterações, sendo esse o planejamento inicial de 2024. Vale ressaltar que as datas e os locais definidos podem sofrer alterações, pois esses processos exigem maior preparo, são atividades que duram de 2 a 5 dias e requerem recursos e alojamentos. Assim, ficaram definidas as atividades; encerramos o sábado em um momento de interação com a comunidade, assistindo a um bingo que estava ocorrendo em Muruí.

No domingo (17), houve a última reunião de agradecimento e de celebração, pois três jovens estavam se tornando novos Guardiões. Neste momento, leram a carta de Chico Mendes para os jovens do futuro e foi-lhes perguntado se aceitavam o desafio de ser um

Guardião e lutar em defesa do PAE Lago Grande. Em seguida, colocaram o anel de coco, que simboliza a aliança das minorias e dos povos da floresta.

Atenção jovem do futuro - 6 de setembro do ano de 2120, aniversário ou primeiro centenário da revolução socialista mundial, que unificou todos os povos do planeta num só ideal e num só pensamento de unidade socialista, e que pôs fim a todos os inimigos da nova sociedade. Aqui ficam somente a lembrança de um triste passado de dor, sofrimento e morte. Desculpem. Eu estava sonhando quando escrevi estes acontecimentos que eu mesmo não verei. Mas tenho o prazer de ter sonhado. (Chico Mendes).

Esse momento foi marcado também pela “lavagem de roupa suja¹⁵” de membros antigos do coletivo que haviam se afastado. O que mais me marcou foi o relato de um jovem que era bastante atuante no coletivo, mas se afastou após alguém da comunidade onde ele reside denunciar um caso de desmatamento que ocorria na beira de um igarapé. Sobretudo, os acusados acreditaram que ele era o responsável e o ameaçaram de morte.

Constantemente, casos de ameaças e violência ocorrem no PAE, apesar de os Guardiões terem montado um sistema de defesa para proteger os perseguidos; retornar ao cotidiano torna-se uma tarefa difícil¹⁶. Contudo, esse último dia foi marcado pelo perdão e pela união; foi aqui que o choro foi compartilhado junto com o reconhecimento das falhas.

Após esses momentos, fomos almoçar e organizar nossas coisas para retornar à área urbana de Santarém. No retorno, às 14 horas, fomos inicialmente de ônibus pela PA-257 até o porto e, depois, pegamos um barco que saiu às 15h30, chegando às 19 horas na orla de Santarém.

3.8 I FESTIVAL CULTURAL DO PAE LAGO GRANDE

No dia 17 de agosto de 2024, ocorreu o primeiro festival folclórico no PAE Lago Grande, com o tema "PAE Lago Grande: Território de cultura e identidade", na sede da FEAGLE, na comunidade Muruí. O objetivo do evento era celebrar a cultura e as tradições das comunidades do assentamento, evidenciando suas práticas do autoconsumo,

¹⁵ Corrigir as diferenças com alguém.

¹⁶ Muitos precisam fugir de suas comunidades e ficar constantemente mudando de comunidades dentro do assentamento. Quando possível, ficam muitos meses na área urbana de Santarém.

como o extrativismo, a agricultura familiar, a pesca e o aspecto simbólico do território.

No dia anterior ao evento (16), às 15 horas, desloquei-me da área urbana de Santarém, utilizando a lancha Expresso Felipe, que realiza o percurso da orla da cidade até a comunidade Vila Socorro, no PAE Lago Grande. Eu estava acompanhado por uma amiga indígena (Guardiã) da TI Cobra Grande¹⁷, que também está localizada no assentamento. Durante a viagem, começamos a conversar sobre a sua TI. Ela me explicou um pouco sobre como era a relação deles com o PAE e que, apesar das sobreposições entre a TI e o assentamento, a relação era mista, de modo que as lideranças da TI tinham autonomia para gerir as tomadas de decisão. Vale destacar que, dos 250.344 hectares do PAE, 9.000 hectares pertencem à TI Cobra Grande, com uma população de aproximadamente 583 indígenas.

Por volta das 17 horas, chegamos à comunidade Vila Socorro e seguimos de ônibus até a comunidade Muruí. Chegamos por volta das 19 horas e fomos alegremente recebidos por alguns membros do coletivo que já estavam ajudando na ornamentação do evento. Organizamos nosso espaço de descanso, jantamos e ajudamos na preparação das iguarias que seriam vendidas durante o evento: bolo de milho e de chocolate, mugunzá, caldo de cana, misto quente, espetinhos de carne e frango, coxinha de frango e outros.

Depois disso, fomos dormir, pois o sábado (17) seria um dia longo. Pela manhã, tomamos café e fomos organizar a área da sede, pois antes do festival, durante a manhã e a tarde, ocorreria uma reunião da FEAGLE com os moradores do assentamento. Cerca de 200 pessoas estavam presentes; eram pessoas que vieram para a reunião e ficaram para acompanhar o festival.

A reunião começou com uma oração e uma mística ao som da música "Sementes das florestas", de Livaldo Sarmiento. Em seguida, foi apresentada a lista de presença. A primeira apresentação foi feita por um Guardiã, que também faz parte da federação, e abordou a importância de apoiar candidatos que reconhecem as mudanças climáticas, pois estávamos próximos do período de eleição. Contudo, não foi apresentado nenhum candidato; a intenção era conscientizar os moradores sobre os perigos de eleger candidatos negacionistas. Além disso, também foi apresentada uma lista de assinaturas para o projeto de lei que visa transformar o Rio Arapiuns em sujeito de direitos, tendo sido assinada pela grande maioria dos que estavam presentes.

¹⁷ Cobra Grande é uma terra indígena que faz sobreposição com o PAE Lago Grande e que recentemente teve sua portaria declarada. Vale ressaltar que, apesar da sobreposição, os indígenas têm o controle de todo o seu território e também possuem uma relação de parceria com a FEAGLE, somando-se na luta pelo PAE.

A reunião prosseguiu com o agradecimento às organizações e pesquisadores (incluindo-me), que atuavam dentro do assentamento, como a Sapopema, Fase Amazônia, STTR, Projeto Saúde e Alegria e Tapajós de Fato. Esta reunião foi fundamental para esclarecer sobre o andamento dos projetos que estão ocorrendo nas comunidades. Além disso, foi realizada uma prestação de contas de 2023; todos que estavam presentes receberam uma cópia de uma planilha com os gastos mensais e anuais. Sobretudo, esse momento foi bem democrático, pois possibilitou aos moradores o diálogo com a federação em relação às finanças com que eles estão contribuindo.

Durante a reunião, observei muitas mudanças locais, por exemplo, as comunidades que antes enfrentavam racionamento de energia (Muruí) passaram a ter energia de forma integral, graças ao projeto Luz para Todos (LPT), um programa do Governo Federal iniciado em 2003 (Governo Lula) com o objetivo de levar energia elétrica às populações sem acesso ao serviço público de distribuição de energia. Com base nisso, a federação discutiu com os moradores que estavam presentes sobre essa demanda, para que eles identifiquem e repassem às famílias que ainda estão sem energia, a fim de informar às empresas que atuam no projeto.

Outra mudança foi o acesso a mais internet através de provedores. Atualmente, os operadores de telefonia ainda não possuem sinal, o que dificulta o contato entre as comunidades. Se precisarem falar com urgência, precisam ir a alguma residência que tenha Wi-Fi. Essa pauta é de extrema importância, pois, das 155 comunidades, apenas 76 tinham energia, e isso reflete no tópico que abordarei em breve sobre a dimensão da violência no PAE Lago Grande. A reunião da federação com os moradores teve o objetivo de esclarecer e avançar nos projetos de suma importância para o assentamento. Em seguida, realizou-se um bingo e a reunião foi encerrada. Foi servido o almoço aos presentes: arroz, macarrão, frango, peixe e carne.

Durante a tarde, trabalhamos na finalização da ornamentação do evento, incluindo a área onde ocorreriam as danças, as cantinas com bebidas e comidas. O festival iniciou às 19 horas e tinha como atrações três categorias de danças: 1) quadrilha, 2) Carimbó, 3) Tribal/Indígena, sendo no total sete apresentações. Além disso, no final do evento teve o show da banda de forró Pegada do Arrocha, uma banda local que atua dentro do assentamento.

Mosaico de Fotos 4. A) Chegada dos moradores do assentamento para o evento; B) Reunião da FEAGLE; C) Categoria Tribal/Indígena; D) Categoria Quadrilha



Fonte: Elaboração autoral, trabalho de campo realizado em 2024.

As danças realizadas no festival, principalmente o Carimbó, trouxeram o simbolismo e a importância da cultura indígena no oeste do Pará, destacando-os como povos guerreiros que amam e defendem seus territórios. Essas manifestações foram bastante tocantes, tendo em vista que o poder municipal de Santarém, como já mencionado, tem abraçado os grandes projetos espaciais que impactam negativamente os territórios indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Acredito que a forma como o tema foi abordado no festival trouxe uma reflexão aos moradores sobre suas próprias frustrações em relação à realidade, pois em Santarém, muitos falam (senso comum) sobre "desenvolver" o município, mas esquecem ou só percebem tardiamente que esses empreendimentos lhes tiram a terra, os forçam a vender através do medo e ainda os obrigam a tentar a vida na área urbana ou em outra cidade; ou seja, os des-envolve. Para os moradores do PAE Lago Grande, não existem melhores condições de vida sem a relação com a natureza, pois são comunidades que se formaram com o modo de vida ligado à terra, tanto para o autoconsumo como para a espiritualidade.

Após as danças, o festival teve o encerramento com o show da banda de forró, que

durou até as três da manhã. No dia seguinte (18), pela manhã, trabalhamos na limpeza do espaço. Nosso retorno à cidade ocorreu à tarde (15 horas), de ônibus e barco. Esses dias foram marcantes, pois o festival trouxe um conjunto de elementos que valorizam a identidade local e a sua relação com a natureza. Além disso, como tem sido um ano difícil para os moradores devido à estiagem, o evento foi de grande ajuda para quem trabalhava nas cantinas, pois, com as vendas, conseguiram uma renda extra.

3.9 OS GUARDIÕES E O SENTIDO DO BEM VIVER COMO ALTERNATIVA AO DES-ENVOLVIMENTO

A Amazônia é exposta a muitos discursos desenvolvimentistas que enxergam a natureza apenas como recurso a ser explorado, como uma reserva em que o seu valor se resume ao quanto ela pode contribuir economicamente para o país. Em meio a isso, os discursos surgem acompanhados de práticas, como a implementação de grandes projetos espaciais, muitas vezes em locais onde há a presença de povos considerados tradicionais e atrasados. Nestes casos, os discursos surgem como uma maneira de legitimar a retirada da autonomia desses povos e de seus territórios, apagando suas relações de autoconsumo e simbologias, que antes existiam naquele espaço, e dando lugar aos empreendimentos.

No bojo dessa discussão, entendemos o desenvolvimento como um desenvolvimento, um reprodutor do Amazonismo, pois carrega em seus discursos e práticas um conjunto político e ideológico de opressão e distorção da Amazônia, que resulta no sacrifício de territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, entre outros, através da expropriação. Portanto, faz-se necessário pensarmos alternativas ao desenvolvimento, e não um outro desenvolvimento. Nesse sentido, o Bem Viver emerge como uma alternativa que, ao contrário do des-envolvimento, busca o envolvimento dos sujeitos com a natureza.

Este capítulo tem como objetivo discutir o sentido do Bem Viver para os Guardiões do Bem Viver diante dos discursos e práticas do desenvolvimento e como suas práticas materializam o conceito, evidenciando sua r-existência. O Bem Viver representa uma filosofia de r-existência que teve sua origem com os povos originários andinos, sendo uma das primeiras visões a confrontar o colonialismo na América Latina/Abya Yala. Como já mencionamos, uma das suas principais críticas surge contra o modelo de desenvolvimento e a relação com a natureza, sendo uma tarefa desfazer essa ontologia dualista presente na sociedade e proporcionar novas formas de vida de maneira coletiva.

Sobretudo, o Bem Viver se opõe à lógica do des-envolvimento, tendo em vista que essa visão apenas perpetua as relações da colonialidade da natureza e a expropriação de comunidades e territórios; além disso, enfatiza um conjunto de ideias e ações que questionam o que seria bem-estar e o progresso em uma sociedade capitalista. As discussões sobre o Bem Viver no contexto amazônico são de suma importância, dada sua expansão para além dos países andinos. Muitos povos na Amazônia têm enfrentado a implementação de grandes projetos espaciais, como madeireiras, mineração, agronegócio, entre outros; nesses casos, a preservação de sua identidade e seu modo de estar na terra e no mundo são ameaçados. É contra esse habitar colonial, que além de causar rupturas paisagísticas e metabólicas, também sacrifica territórios, que esses povos se mobilizam para enfrentar. Entretanto, muitos movimentos sociais, coletivos, comunidades e territórios na Amazônia têm se organizado e compartilhado suas experiências; é nessas trocas que muitos passam a conhecer o Bem Viver e se identificam, como foi o caso dos Guardiões do Bem Viver.

Os Guardiões surgem desse enfrentamento aos grandes projetos espaciais, especialmente a mineração, porém, existem outros, como a pesca predatória, a especulação imobiliária, o agronegócio e as madeireiras, que têm ameaçado o território no PAE Lago Grande. A romaria foi um ato de defesa do PAE que questionou o que era esse desenvolvimento pensado para o assentamento, enfatizando que esse modelo não condiz com o modo de vida das comunidades.

Nós não queremos perder o território para o desenvolvimento, porque o desenvolvimento não é isso que a gente anseia, sabe? Os nossos territórios serem invadidos e somente ser levados à nossa riqueza, e as comunidades vão ficando empobrecidas e à mercê dos grandes projetos. Nós não queremos desenvolvimento, nós queremos o envolvimento dos povos da floresta. (Guardiões do Bem Viver, 2023).

Esse ato foi de fundamental importância para a formação do coletivo, pois havia um sentimento de continuar a luta pelo envolvimento dos povos da floresta no PAE. Sobretudo, após compreenderem sobre o que é o Bem Viver e se identificarem, os Guardiões passam a defender a superação da sociedade capitalista por uma outra sociedade, em que o conjunto de hierarquias construídas pelo habitar colonial não existiria.

O Bem Viver não é esse modelo capitalista que está aqui no Brasil instalado, mas é uma nova sociedade onde os nossos modos de vida são baseados na partilha, na solidariedade, no ir e vim das pessoas. Não é esse sistema capitalista que enquanto uns empobrecem, outros enriquecem, não. A gente defende uma sociedade onde todos e todas são iguais, onde o Bem Viver é a premissa de todo e qualquer cidadão. Isso é um sonho, né? Mas a gente tem discutido sobre esse Bem Viver. (Guardiões do Bem Viver).

O Bem Viver não é um conjunto rígido de regras que serão aplicadas em todas as sociedades, mas sim um pensamento em transformação que se soma às experiências dos povos na América Latina/Abya Yala. Como não existe apenas um Bem Viver, os Guardiões também possuem um entendimento do conceito com base na sua experiência no PAE, por meio do extrativismo, da caça, da pesca, da identidade e da espiritualidade.

O Bem Viver é tudo que atinge ou tinge as nossas vidas, de fato. Quando eu olho para o rio, eu sinto que o rio é fonte de sustento para as pessoas, sabe? A caça é fonte de renda para as pessoas, de sustento, de sobrevivência. A floresta é fonte de sobrevivência. A agricultura familiar, que é muito forte no território, é fonte de sobrevivência. Então essas narrativas não cabem para nós, dizer que o nosso lugar só vai se desenvolver quando entrar os grandes projetos, não. O que a gente precisa é ser olhado de verdade por políticas públicas voltadas ao nosso campo, entende? E é nesse sentido que o Bem Viver entra. (Guardiões do Bem Viver).

As práticas espaciais realizadas pelos Guardiões no assentamento reforçam suas perspectivas sobre o Bem Viver no contexto do PAE Lago Grande. As campanhas no assentamento têm sido fundamentais para conscientizar os moradores das comunidades sobre os perigos de perder o território para os grandes projetos espaciais. Este momento de diálogo com as comunidades tem sido fundamental para mobilizar o monitoramento do PAE e promover ações em sua defesa. Os processos de formação têm o objetivo de atrair mais jovens para o coletivo, mas, sobretudo, têm protagonizado debates importantes sobre a identidade, a natureza e a agroecologia, dentro da realidade local. Além disso, as trocas de experiências proporcionam novas relações e novos conteúdos para debater no assentamento. Todas essas práticas espaciais representam formas de insurgência contra o modelo desenvolvimentista adotado pelo poder municipal de Santarém.

As ações que o coletivo tem realizado no PAE enfatizam não só o sentido de Bem Viver, mas também o do território, sendo este, para Cruz (2024), um agregador dos conteúdos históricos e existenciais, como a ancestralidade, a memória e a cultura. Tendo

em vista disso, o território para os Guardiões evidencia sua ancestralidade e revela sua identidade, que é fundamental para o seu modo de estar no assentamento, bem como sua r-existência às ameaças.

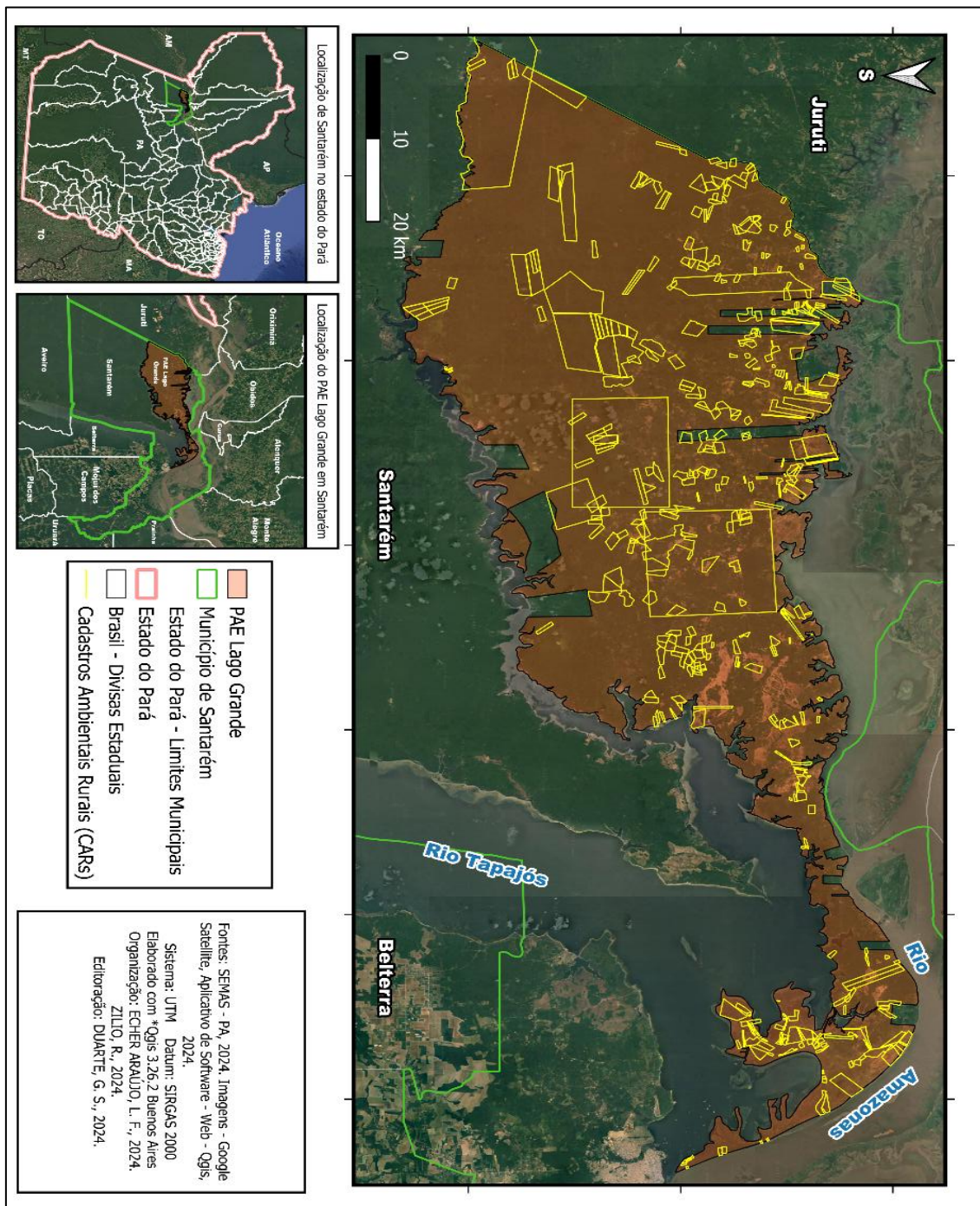
O território para nós é a vida. A frase nossa, “eu não estou no território, eu sou o território”, porque o território só existe porque eu existo, então eu sou o território. E eu estou compondo esse território, se não tivesse eu, o território não existe. Então, para nós, isso é o território. O território vai também nos identificar com as nossas ancestralidades, com a nossa identidade. Quando perpassa ele dizer quem eu sou, sou filho de um agricultor, isso é minha identidade, sou extrativista, sou indígena, sou negro, quilombola, isso é minha identidade. (Guardiões do Bem Viver)

A identidade é central para o coletivo, pois permite resistir às tentativas de deslegitimação e descaracterização promovidas pelos defensores dos grandes projetos em Santarém – um esforço exemplificado no caso dos indígenas Munduruku Planalto. Segundo Haesbaert e Mondardo (2011), o território, em seu aspecto simbólico, é um construtor de identidades que se tornam instrumentos de poder e empoderamento. Assim, a luta territorial dos Guardiões está intrinsecamente ligada à afirmação do seu modo de vida e, em sua concepção, abrange o autoconsumo, o simbólico e o corpo¹⁸, elementos cruciais para a dinâmica do poder local.

Em seguida, o texto introduz o Bem Viver, que é proposto como um modelo de vida harmonioso e respeitoso com os valores intrínsecos da natureza. Essa filosofia confronta as visões antropocêntricas e busca superar as múltiplas colonialidades (da natureza, do poder, do ser e do saber). Gudynas (2015) aponta que o Bem Viver depende da transformação da relação entre bem-estar e meio ambiente, exigindo uma ontologia relacional (Escobar, 2015) baseada no respeito aos saberes dos povos amazônicos. Nesse horizonte, o Bem Viver desafia os valores capitalistas e promove a construção de autonomias locais para r-existir aos projetos de des-envolvimento. Por fim, o texto aborda os desafios da luta dos Guardiões, notadamente o apoio do poder municipal de Santarém aos grandes projetos (desde a construção do porto da Cargill), em detrimento das comunidades. Soma-se a isso a vulnerabilidade jurídica do PAE Lago Grande, pois a ausência do título coletivo de terra (CCDRU) gera insegurança e aumenta o risco de sobreposição de CARs (Cadastro Ambiental Rural) no assentamento.

¹⁸ Não pretendemos entrar no debate sobre corpo-território, tendo em vista a necessidade de mais dados. Entretanto, mencionamos a título de curiosidade.

Mapa 8. Os Cadastros Ambientais Rurais no PAE Lago Grande



Fonte: Semas-PA (2024), elaborado por Duarte, 2024.

O mapa demonstra que os desafios encontrados pelos moradores do PAE ao lutar pelo título coletivo da terra (CCDRU), pois os CARs se sobrepõem às comunidades e a

outros cadastros já realizados. Adicionalmente, as madeiras, os desmatamentos e a especulação imobiliária têm causado impactos ambientais no assentamento. Além disso, também foram relatados muitos casos de perseguição e ameaças direcionadas aos membros do coletivo e da FEAGLE, sendo necessário que muitos deixem o território por tempo indeterminado. Todavia, tais desafios não têm intimidado a atuação do coletivo, que tem avançado com as pautas do Bem Viver em todo o assentamento. O I Festival Cultural foi um marco nesse processo para perspectivas futuras, pois enfatiza os sentidos do território, sua cultura e identidade. A luta para o Rio Arapiuns ser um sujeito de direitos tem mobilizado o assentamento, movimentos sociais, comunidades e TI's em Santarém.

Nesse sentido, as práticas espaciais insurgentes dos Guardiões têm sido fundamentais para manter a defesa do território do PAE Lago Grande constante, motivando outros jovens a se mobilizarem dentro do assentamento e servindo de inspiração para outras comunidades em Santarém e no mundo. As trocas de experiências têm enfatizado bastante isso, sendo capazes de trazer uma maior visibilidade para o território ao unir forças com outras lutas. Essas estratégias multiescalares são essenciais não só para frear alguns avanços de empreendimentos, mas também para chamar a atenção do governo para a falta de políticas públicas no PAE.

Figura 6. Curso de Formação em direitos territoriais



Fonte: Elaboração autoral, trabalho de campo realizado em 2024¹⁹.

Portanto, os avanços dos grandes projetos na Amazônia, por meio de seus discursos e práticas excludentes, têm sido sinônimo de sacrifício de territórios. O desenvolvimento não condiz com o modo de vida dos povos amazônicos; é necessário pensarmos em alternativas que enxerguem na natureza uma possibilidade de relação harmoniosa e de envolvimento dos sujeitos. O Bem Viver emerge como uma alternativa necessária e viável ao des-envolvimento, sendo uma ferramenta essencial para a preservação da identidade e dos elementos espirituais de cada grupo que passa a se identificar com essa filosofia. Parafraseando Krenak (2020, p. 8-9), seria o equilíbrio daquilo que podemos obter da natureza e o que devolvemos. Em síntese, o Bem Viver tem se expandido por toda América Latina/Abya Yala, inspirando as lutas em defesa do território. Em Santarém, os Guardiões têm sido protagonistas em mobilizar as comunidades do PAE para defender suas relações com a natureza e o reconhecimento de seus valores intrínsecos, além de re-existirem aos grandes projetos."

¹⁹ Esse registro em Vila Brasil foi um momento, onde nos unimos e afirmamos nosso compromisso em contribuir na defesa do PAE Lago Grande.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência dos Guardiões comprova que alternativas ao des-envolvimento são possíveis e estão em curso na Amazônia. É necessário desconstruir a ideia antropocêntrica de que a natureza é apenas recurso para o mercado e de que somente os humanos possuem valores intrínsecos. É preciso, ainda, reconhecer o desenvolvimento como propaganda de uma ilusão eldoradista que resulta no sacrifício de territórios e na retirada de autonomias. Portanto, urge falar do envolvimento dos povos da floresta para construirmos um outro caminho voltado a uma ontologia do relacional.

Os principais desafios encontrados pelos Guardiões são em manter ativa a luta pelo território, o que tem se demonstrado muito eficaz por meio de suas práticas espaciais. A cada formação, o coletivo agrega mais membros e debate novas perspectivas do Bem Viver, focadas na defesa dos elementos da natureza presentes no PAE Lago Grande. Um exemplo disso é a II Romaria do Bem Viver, que gerou debates sobre a importância do Rio Arapiuns e a necessidade de transformá-lo em um sujeito de direitos. Outro desafio é a obtenção do CCDRU, pois a falta do título coletivo torna as comunidades vulneráveis, com pouco avanço do INCRA para agilizar os processos e risco de crescimento de novos CARs no assentamento.

Apesar dos desafios, o coletivo mantém-se a cada mês com projetos de formação visando à defesa do território. O Bem Viver, em nosso estudo de caso, tem sido uma filosofia indígena que contribuiu para a r-existência dos moradores e trouxe mais sentido à luta. Ao compreenderem o Bem Viver como tudo o que sentiam e entendiam sobre o território, eles se mobilizaram para aprofundar o tema. A busca por conexão com outras lutas no Brasil trouxe visibilidade à mobilização do PAE, possibilitando amplo debate sobre o Bem Viver, o território, o Rio e seu modo de vida.

Os sentidos de Bem Viver para o coletivo baseiam-se em suas relações de partilha e harmonia com a natureza e em suas práticas simbólicas e de autoconsumo. Tais atividades expressam sua ancestralidade e a compreensão de que todos os elementos da natureza – vivos e não vivos – são essenciais no assentamento, sendo impossível o Bem Viver sem essa ontologia relacional no PAE. Em meio aos avanços dos grandes projetos, o coletivo propõe essa ideia como alternativa ao des-envolvimento em Santarém, dialogando com outras lutas, como a dos Munduruku do Planalto Santareno. A capacidade de tecer redes multiescalares com movimentos sociais em todo o Brasil tem proporcionado grande visibilidade à causa dos Guardiões. As duas romarias mobilizaram

peças de todo o município, ampliando as vozes dos povos frequentemente silenciados pelos grandes projetos.

Esta dissertação analisou o conceito de Bem Viver para os Guardiões do Bem Viver como uma alternativa ao des-envolvimento em Santarém. As marcas da colonialidade do poder – expropriação territorial e retirada de autonomias para grandes projetos – têm sido amplamente apoiadas pelo poder municipal, com a ênfase do discurso desenvolvimentista.

Ao longo dos três capítulos, percorremos a crítica aos discursos desenvolvimentistas como propagadores da retirada de autonomias dos povos amazônicos e seus territórios, e como essas práticas se difundiram em Santarém. Por fim, trouxemos uma perspectiva alternativa sobre as Amazônias, com base na luta dos Guardiões no PAE Lago Grande.

O Capítulo I demonstrou como o conceito de desenvolvimento migrou da Biologia para as ciências sociais, culminando, em 1949, com o discurso do presidente Truman sobre a adoção de um novo padrão de sociedades “modernas”. Contudo, a modernização na Amazônia tem resultado na exclusão dos povos e na redução da natureza a recurso. O termo desenvolvimento, embora prometa melhores condições de vida, traduziu-se no des-envolvimento dos sujeitos. A expansão dos grandes projetos, destacada na ditadura empresarial-militar (1964-1985), foi violenta, sacrificando territórios e impulsionando conflitos. Propomos falar do envolvimento dos povos da floresta e do Bem Viver como alternativa, valorizando saberes que criam outras interpretações sobre esse conceito.

O segundo capítulo revelou o avanço de Santarém em direção aos grandes projetos, liderados pelo agronegócio (soja) via Cargill (1999), o que gerou conflitos no Planalto Santareno. Destacamos o PAE Lago Grande, sua situação fundiária e as ameaças de empreendimentos, com ênfase na mineração (ALCOA em Juruti Velho). Fica evidente que os moradores não compactuam com o modelo desenvolvimentista; a ação do MPF foi crucial para bloquear a mineradora. Com base nisso, o terceiro capítulo evidenciou a mobilização das comunidades e o protagonismo da juventude.

A origem dos Guardiões do Bem Viver e suas práticas espaciais insurgentes (romarias, formações, trocas de experiência) são respostas às ameaças da mineração e ao modelo de desenvolvimento de Santarém, bem como o caminho para a construção de uma alternativa baseada no Bem Viver. A pesquisa evidenciou desafios como a demora na titulação coletiva (CCDRU), a atuação do coletivo para ter um Guardião em cada

comunidade. O sentido de território e Bem Viver ajuda a compreender as territorialidades na Amazônia. Sugerimos aprofundamento nos estudos sobre os impactos das ações dos Guardiões na obtenção de políticas públicas, nos ganhos de autonomia e nas soluções fundiárias oferecidas pelo poder municipal.

Os Guardiões são reflexos das Amazônia, formados por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses e extrativistas que se unem pela luta territorial, compartilhando modos de vida e simbologias. Eles são um grande exemplo de como um assentamento é um espaço da multiplicidade capaz de inspirar outras lutas. O que eu vos escrevi é passado, mas a luta é presente! Esperamos que esta dissertação sirva como registro de re-existência e como inspiração para estudos voltados ao Bem Viver e a alternativas ao desenvolvimento. Que possamos sonhar juntos com as Amazônia! Viva a Geografia!"

BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

ACOSTA, Alberto. **Extractivismo y neoextractivismo dos caras de la misma maldición**. *Ecoportal*, 2012. Disponível em: https://www.ecoportal.net/temas-especiales/contaminacion/extractivismo_y_neoextractivismo_dos_caras_de_la_misma_maldicion/. Acesso em: [10 dez. 2024].

ACSELRAD, Henri. **Desigualdade ambiental, Economia e Política**. *Revista Astrolábio Nueva Época*, n. 11, p. 105-123, 2013.

BRASIL. **Obter direito real de uso para populações tradicionais**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-direito-real-de-uso-para-populacoes-tradicionais>. Acesso em: 21 ago. 2024.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 2. ed. Tradução Guy Reynoud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Título original: L'institution imaginaire de La société.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005a. p. 80-88.

CRUZ, Valter do Carmo. **As geografias agrárias a partir da pan-amazônia**: lutas socioambientais e fronteiras do capital no Brasil. In: BRINGEL, Fabiano de Oliveira; MACEDO, Cátia de Oliveira; AQUINO JUNIOR, Paulo Olivio Correa de (Org.). *As geografias agrárias a partir da panamazônia*: lutas socioambientais e fronteiras do capital no Brasil. Ananindeua-PA: Cabana, 2023.

CRUZ, Valter do Carmo. **Geografia e pensamento descolonial**: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter do C.

OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Org.). **Geografia e Giro Descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 15-36.

CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia; HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis; GARCÍA-ÁLVAREZ, Santiago. **El Buen Vivir como alternativa ao desenvolvimento para a América Latina**. *Revista Iberoamericana de Estudios de Desarrollo*, v. 2, p. 30-57, 2016. ISSN 2254-2035.

ECHER ARAUJO, L. F. Autonomia e desenvolvimento: A ideia de “desenvolvimento” dos Munduruku do Planalto (Santarém/PA) em contraposição ao avanço do agronegócio. **AMBIENTES**: Revista de Geografia e Ecologia Política, [S. l.], v. 5, n. 2, 2023. DOI: 10.48075/amb. v5i2.31739. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/31739>. Acesso em: 31 mar. 2024.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del desarrollo**. 2. ed. Tradução de Diana Ochoa. Popayán: Universidad del Cauca, 2014.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la Tierra**: las luchas territoriales y la dimensión ontológica de las epistemologías del Sur. *Revista de Antropología Iberoamericana*, v. 11, n. 1, p. 11-32, 2018.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la Tierra**: Nuevas Lecturas sobre Desarrollo, Territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia**: la ontología política de los “derechos al territorio”. *Cuadernos de antropología social*, n. 41, p. 25-37, 30 jul. 2015.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FLORES, Bruno Moreira et al. **Critical transitions in the Amazon forest system**. *Nature*, [S. l.], v. 626, p. 772–779, 14 fev. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41586-023-06970-0>.

FOLHES, Ricardo Theophilo. **Cenários de Mudanças no uso da terra na Amazônica**: explorando uma abordagem participativa e multi-escala no PAE Lago Grande, em Santarém-PA. 2010. [*Dissertação (Mestrado em Ciência do Sistema Terrestre)* - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE], Belém, 2010.

FOLHES, Ricardo; DO CANTO, Otávio; SOMBRA, Darlindo; SILVA, Márcio. **A configuração da mineração e o ordenamento territorial nos municípios de Juruti e Santarém na Amazônia brasileira**. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v. 11, p. 1113-1136, 2022.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto; MALHEIRO, Bruno; BARCELOS, Eduardo; MONTENEGRO, Jorge; GÓMEZ, Luiz (Org.). **Dicionário de Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2024.

GUDYNAS, Eduardo. **Derechos de la naturaleza**: Ética biocéntrica y políticas ambientales. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. **El buen vivir más allá del desarrollo**. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

GUEDES, Eneias Barbosa. **Territorialidades em tensão**: processos e disputas por territorialização na Amazônia. 2021. 406 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

HAESBAERT, Rogério. **A corporificação “natural” do território: do terricídio à multiterritorialidade da terra**. *geographia*, v. 23, n. 50, 2021.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: Um Debate. [*GEOgraphia*], [Rio de Janeiro], v. [9], n. [18], p. [27-51], 2007.

HAESBAERT, Rogério; MONDARDO, Marcos. **Transterritorialidade e antropofagia**: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-

americana. *GEOgraphia*, v. 12, n. 24, p. 19-50, 2011.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

JAQUES, Márcio. Vozes dos povos da floresta e da resistência internacional ecoam na marcha de abertura do X Fospa em Belém. *Fospabelem*, 2022. Disponível em: https://www.fospabelem.com.br/pt_br/2022/07/29/vozes-dos-povos-da-floresta-e-da-resistencia-internacional-ecoam-na-marcha-de-abertura-do-x-fospa-em-belem/. Acesso em: 18 dez. 2022.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton; MAIA, Beatriz (Org.). **Caminhos para a Cultura do Bem Viver**. Rio de Janeiro: Fase, 2020.

LOPES, Luís Otávio do Canto. **Conflito socioambiental e (re)organização territorial**: mineradora alcoa e comunidades ribeirinhas do projeto agroextrativista juruti velho, município de juruti - pará-amazônia-brasil. 2012. 269 f. [*Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará*], [Belém], 2012.

MALHEIRO, Bruno C. P.; CRUZ, Valter do C. **Geo-grafias dos grandes projetos de des-envolvimento**: territorialização de exceção e governo bio/necropolítico do território. *GEOGRAPHIA (UFF)*, v. 21, p. 18-31, 2019.

MANIFESTO DE CUIPIRANGA. I Romaria Do Bem Viver. FASE, 2019. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Manifesto-Cuipiranga.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

OLIVEIRA, Josiane Marcondes Godinho Cordeiro. **Expansão urbana e periferização de Santarém-PA, Brasil**: questões para o planejamento urbano. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10., 2008, Barcelona. *Actas...* Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/268.htm>.

OLIVEIRA, J.; WUgallONDE, Alik (Org.). **Casa dos saberes ancestrais**: diálogos com sabedorias indígenas [recurso eletrônico]. Campinas, SP: BCCL/UNICAMP, 2020.

POMPÉIA, Camila. **Formação Política do Agronegócio**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina. In:

LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RELATÓRIO Nº 2 /2018/2º Ofício REFERÊNCIA: 1.23.002.000013/2017-65 ementa. **Relatório de visita in loco às comunidades do PAE Lago Grande**. Realizadas nos dias 12 e 13/07/2018, pela procuradora da república, Dra. Luisa Astarita Sangoi, acompanhada de seu assessor, Diego Lima Azevedo, e pela assessora da Ascom-PR/PA, Helena Palmquist. [Belém]: [MPF/PA], 2018. Acesso em: [10 dez. 2024]. Disponível em: <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave: ab2bdb0f.cdbbe15e.85566e34.ba7d0947. [Local, editora e data de acesso presumidos.] SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Por uma Geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Práticas espaciais. In: SOUZA, Marcelo Lopes de. **Conceitos Fundamentais da Pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 235-260.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Pesquisa de campo em Geografia**. *GEOgraphia*, v. 4, n. 7, p. 64-68, 2009.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias**. Guadalajara: Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados en Humanidades y Ciencias Sociales, 2019.

ZILIO, Rafaela. A fronteira abissal no Oeste do Pará: conflitos geoepistêmicos frente a implantação de grandes projetos espaciais. *Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 3, n. 1, p. 83-106, 2021.

ZÍLIO, Rafaela; LIMA, Josiane Alvarenga. **Da fronteira do capital à fronteira abissal na Amazônia: a construção do “Amazonismo” e suas repercussões em conflitos geoepistêmicos**. *IBEROGRAFIAS*, n. 47, [p. 1-20], 2024.